

NOVOS RUMOS

ANO V — Rio de Janeiro, 16 a 22 de agosto de 1963 — N° 234

Combater conciliação do Governo com sonegadores

Aumento de Salários e Nôvo Mínimo Para Combater Carestia

Enquanto a chamada «grande imprensa» lança uma ofensiva reacionária contra os salários — a pretexto de corrigir supostos desníveis — o Governo cria uma Comissão com finalidade de fixar a política salarial, e fato é que os preços de gêneros essenciais continuam a elevar-se, aumentando, dia a dia, a miséria em que se debatem as massas trabalhadoras e populares, as multidões espoliadas de nosso País. O pão e a carne foram aumentados, e novos aumentos estão sendo esperados. O leite também já não é mais considerado, e o Governo fez algumas declarações, mas já se anuncia que virá o encarecimento de outros gêneros pelos latifundiários pecuaristas. Na feira, no mercado, na farmácia e no magazine os preços continuam subindo, isto é, a carestia continua devorando os salários de fome dos operários, empregados e servidores públicos.

Esta é a dura realidade. Entretanto, os grupos reacionários, de dentro e de fora do Governo, tramam sinistras manobras contra os trabalhadores, tentando reduzir mais ainda o seu infimo poder aquisitivo e lançar o movimento reivindicatório contra setores da opinião pública. Os trabalhadores, porém, não se deixam enganar. Ao mesmo tempo em que intensificam a sua luta pelas reformas de estrutura, redobram o combate pelo aumento geral de salários e pela elevação imediata do salário-mínimo, como recurso para fazer face à carestia. A luta por maiores salários é a luta pela própria sobrevivência dos trabalhadores. (Ver matérias nas páginas 2, 3 e 8).

Mulheres do Brasil Contam Como Foi Congresso de Moscou

Um resumo em mesa-redonda um grupo de mulheres brasileiras que participaram, em junho último, do Congresso Mundial de Mulheres, realizado na União Soviética. Apesar de ser um resumo que está na 5.ª página, os fatos que mais marcaram a manifestação, ressaltando o conteúdo profundamente pacífico que determinou as intervenções da maioria das delegadas. Referem-se também às divergências que surgiram, ressaltando o caráter profundamente democrático do Congresso. Participaram da mesa-redonda a festejada cantora Marlene, dona Maria Saupé, a jornalista Elza Soares Ribeiro, a escritora Helenice e a dirigente feminina Clara Schaff.

Portaria Instrui Como Organizar Sindicato Rural

O Ministério do Trabalho e da Previdência Social baixou nova portaria que instrui sobre a organização e reconhecimento de sindicatos rurais. Pelo interesse que tem para muitos dos nossos leitores, publicamos na 7.ª página desta edição a íntegra do documento ministerial.

Niemeyer Recebeu Ontem em Brasília o Prêmio Lênin

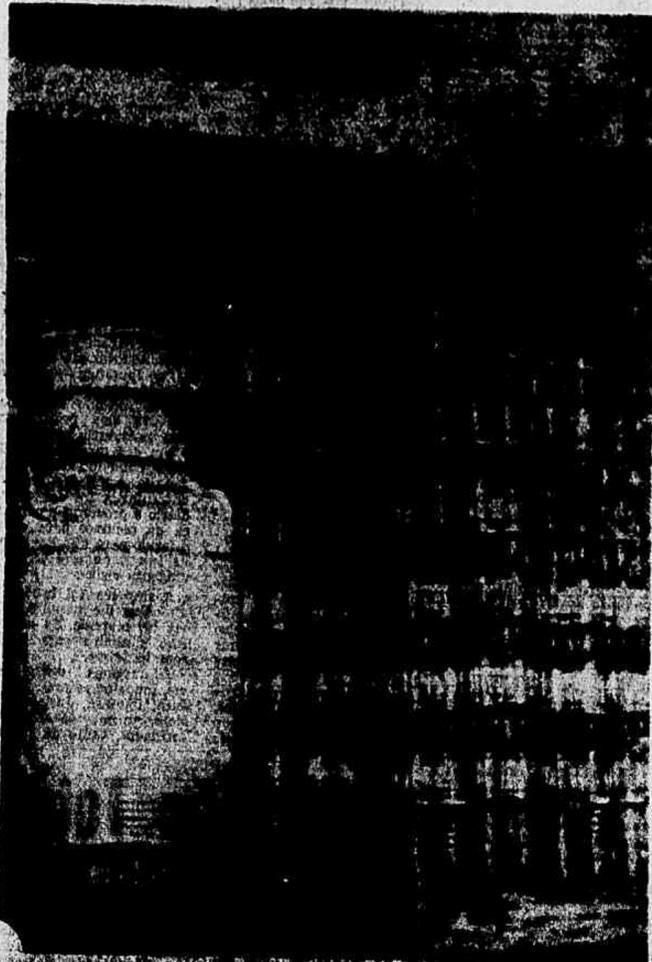
Oscar Niemeyer recebeu ontem, quarta-feira, o Prêmio Lênin da Paz, em solenidade realizada na Universidade de Brasília, perante autoridades, parlamentares, personalidades da vida política e social do País, representantes do corpo diplomático e líderes sindicais e estudantis.

O prêmio conferido ao renomado arquiteto brasileiro foi-lhe entregue pelo acadêmico soviético Scobeltzin, presidente da Comissão dos Prêmios Lênin.

Presenciaram a solenidade, entre outros, o professor Darci Ribeiro, representando o presidente João Goulart, o embaixador soviético no Brasil, deputados Marco Antônio, Sérgio Magalhães, Demétrio Baptista, Adão Pereira Nunes, e o senador Luis Carlos Prestes.

Jango estará presente

Grande Concentração Dia 23 na Cinelândia: CGT Convoca o Povo



No próximo dia 23, o povo da Guanabara realizará uma concentração-memória na Cinelândia e fim de reclamar a concretização das reformas de base e protestar contra a carestia da vida, dando, assim, o verdadeiro significado à data em que se comemora o assassinato de Vargas pelas forças reacionárias que até têm seu líder à testa do governo deste Estado.

A presença do presidente João Goulart será uma oportunidade para que o povo carioca manifeste descontentamento ao governo federal sua disposição de luta no sentido de transformação das estruturas básicas do País, em primeiro lugar pela reforma agrária.

CGT Apela

Reunido na noite de terça-feira, a Executiva do Comando Geral dos Trabalhadores confirmou e apela da entidade à manifestação do próximo dia 23 e decidiu pela presença em massa dos trabalhadores cariocas e pelo envio aos Estados para que enviem delegações ao comitê da Cinelândia.

Na ocasião, um representante do CGT, em discurso escrito e aprovado por uma comissão, reafirmará a posição firme e unânime dos trabalhadores à frente da luta pela emancipação do povo brasileiro. Serão entregues ao povo milhares de cópias de discurso oficial do CGT, encaminhadas ao câmpus de Santa Cruz, e a distribuição de panfletos de orientação.

Os temas diretores da recente Semana Nacional de Protesto serão mantidos na concentração da Cinelândia: a luta contra a carestia da vida e a especulação e pelas reformas de base, principalmente a agrária.

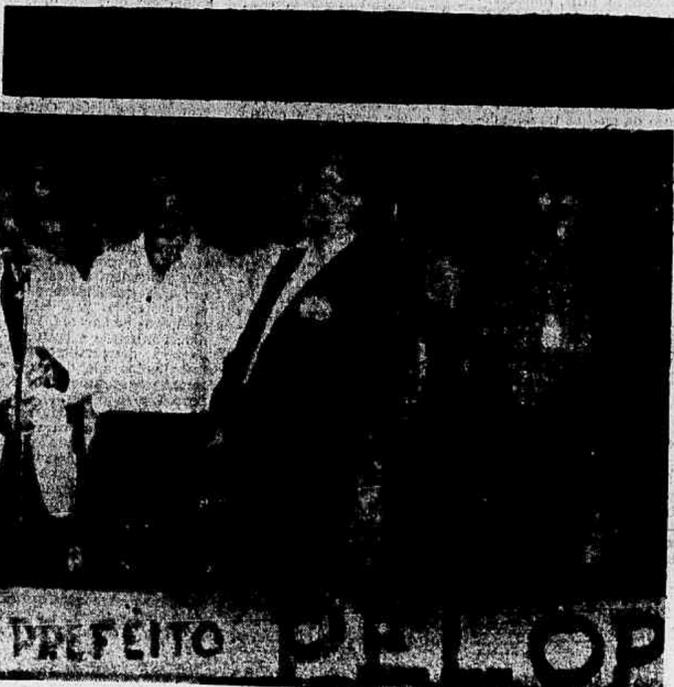
Preparação

O povo será conclamado, através de todos os meios de divulgação possíveis, a vir à praça pública unidos aos trabalhadores e estudantes para firmar posição de luta intransigente pelos seus direitos e responder a Lacerda e aos demais servidores dos interesses estrangeiros em nossa terra que estamos decididos a não mais aceitar limitações à liberdade popular, o que continuaremos a nos bater até à vitória final contra o imperialismo e o latifúndio. A preparação ocorrerá também nos sindicatos, ações associadas serão coletadas e por da manifestação e convocados a dela participarem.

Dois Documentos Sobre o Acôrdio Atômico de Moscou

Circula junto com esta edição um suplemento em que são publicados dois documentos acerca do Acôrdio Atômico concluído em Moscou: uma declaração do governo da República Popular Chi-

nesa e a contestação do governo soviético. Ambos os documentos foram publicados na edição de «Pravda» de 4 de agosto.



Prestes fala no Recife

Mais de cinquenta mil pessoas compareceram aos inúmeros comícios e atos realizados por Luis Carlos Prestes na cidade do Recife, sexta, sábado e domingo da semana passada. Nas diversas oportunidades em que se dirigiu ao povo pernambucano, o dirigente comunista traçou uma visão geral da situação econômica e política em que se acha atualmente o nosso País e explicou a linha de atuação seguida pelos comunistas, externando sua opinião favorável à orientação que tem tendo o governo do sr. Miguel Arraes. Por outra parte, prestes deu apoio às candidaturas Palópidas e Antonio Carlos e, respectivamente, prefeito e vice-prefeito de Recife, convidando o povo desta cidade a sufragá-los.

Ao lado, aspecto de um dos comícios. Reportagem na 4.ª página.

Latifundiário do Paraná Cegou Camponês a Bala

Marítimos discutem

A Federação Nacional dos Marítimos realizou reunião, dia 13, para discussão de assuntos gerais, em particular do contrato coletivo de trabalho e do acordo que o estende às autarquias.

Os trabalhadores fluviais de Pirapora, pertencentes à Federação, reivindicam, há mais de 100 dias, um adiantamento da verba para aplicação do decreto n.º 51.000, e até agora não foram atendidos.

A Federação acha-se em entendimentos com o ministro do Trabalho no sentido de solucionar o impasse entre os trabalhadores fluviais de Corumbá e a companhia de navegação da Baía de Foz, atando a fim de que as reivindicações daqueles trabalhadores em greve sejam atendidas até o dia 26, com pagamento dos dias de greve e sem nenhuma punição dos grevistas.

Servidores em assembleia

A Federação Carioca de Servidores Públicos está realizando uma série de reuniões com seus associados para tratar de assunto do interesse da classe. O próximo desses encontros terá lugar no Sindicato dos Bancários, dia 18 (sexta-feira), às 18 horas.

Assuntos em destaque: medidas contra os vetos aos artigos 49, 52 e 53 apostos pelo presidente da República à lei de reajustamentos; tomar providências para que o Senado aprove a lei que concede aposentadoria aos 30 anos de serviço, e a prestação de contas.

Melo Bastos ainda sem receber

Apesar de já se ter comprometido perante o presidente da República, pela palavra de seu diretor, sr. Rubens Berta, a VARIO ainda não pagou os vencimentos que deve ao seu funcionário, comandante Melo Bastos, herói da FEB, o qual vem sofrendo múltiplas perseguições devido ao combate que trava em prol da AERONÁUTICA.

A questão está sendo julgada na 13.ª Junta de Justiça do Trabalho, e uma audiência será realizada no próximo dia 23, às 13.30 hs.

Salários, conferências e sede própria

Logo após o término dos levantamentos sobre o custo de vida, os trabalhadores em indústrias gráficas realizaram uma série de assembleias para a elaboração das reivindicações salariais de novembro.

Planejam, também, levar a efeito uma série de conferências e solucionar o problema da sede própria.

Ferrovários aguardam

Os trabalhadores da Estrada de Ferro Leopoldina estão na expectativa de que sejam atendidas as suas reivindicações: classificação e enquadramento.

Aguardam decisão para hoje, quinta-feira.

Aeroviários

Acha-se o Sindicato em grande preparativo para o III Congresso da classe a ser realizado em Recife a partir do próximo dia 4 de setembro.

Na campanha por melhoria de condições de vida, os aeroviários reclamam um abono de 30% sobre os salários até 100.000,00, e de Cr\$ 30.000,00 para os proventos superiores a esta importância.

O Sindicato acha-se empenhado também na luta pela criação de AERONÁUTICA. Para um estudo das maneiras de intensificar o movimento, foi instituída uma comissão especial integrada pelo aeronauta Aldo Pereira da Costa e o aeroviário Carlos A. Barbosa, entre outros.

Pesso

A diretoria do Sindicato dos Oficiais Mecânicos e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e do Serviço de Manutenção de Guanabara enviou a todos os associados e respectivas famílias, como também os amigos do Sindicato, a comparecerem à sessão solene de posse da nova diretoria eleita, a realizar-se hoje, dia 15, às 19 horas, na sede social do Sindicato dos Empregados no Comércio Varejista e Similares, à rua do Senado n.º 254, sábado.

Após a sessão solene de posse, será oferecido um coquetel aos presentes, e um "show" terá lugar, sob o patrocínio do Serviço de Recreação Operária.

Fluminenses

IV Convenção da Construção Civil

Durante os dias 23, 24 e 25 de agosto, os trabalhadores da construção civil e do mobiliário do Estado do Rio vão realizar sua IV Convenção, em Campos. O conclave reunirá todos os sindicatos e associações registradas naquele Estado, e durante sua duração, os trabalhadores discutirão importantes problemas tais como a ação contra o custo de vida, direito de greve, reforma agrária e a estabilidade para o dirigente sindical.

Visando estudar melhores condições de trabalho, será discutida na reunião a obrigatoriedade dos contratos coletivos, e o estabelecimento de uma escala móvel para os salários.

As resoluções da Convenção serão distribuídas a todos os sindicatos e federações operárias do País, contendo inclusive a posição dos trabalhadores da construção civil do Estado do Rio sobre a linha a ser levada a efeito pela federação.

Eleito suplente para a JJR

Os representantes dos trabalhadores nas indústrias fluminenses elegeram e presidente do Sindicato dos Vidreiros — José Gonçalves — para ocupar a suplência da Junta de Julgamentos e Revisões do IAPI. O referido dirigente sindical obteve 18 dos 41 votos depositados na urna, concorrendo com mais dois candidatos, um dos quais, Ari Gonçalves, obteve 13 sufrágios.

Rodoviários contra "lockout"

Desde a greve dos rodoviários fluminenses, durante a última quinzena de junho, por meio da qual os trabalhadores alcançaram uma expressiva vitória, duas empresas estão prejudicando a população com um "lockout" que atinge cerca de 10 mil pessoas. Por outro lado há cerca de 500 trabalhadores desempregados devido à sabotagem das empresas Barro Vermelho e Santa Rosa.

O presidente do Sindicato dos Rodoviários, Pedro Mayrink declarou que além dessas duas empresas de serviços públicos estarem tomando uma atitude irresponsável para com a população, ainda há várias outras concessionárias que se recusam a cumprir as cláusulas do acordo firmado em junho, principalmente no que diz respeito aos salários. A diretoria do sindicato vem solicitando providências por parte das autoridades estaduais, que até agora mantêm a maior apatia diante da situação, o que pode vir a provocar uma reação mais enérgica por parte dos trabalhadores.

Aposentados

Reunidos no dia 14 de julho últimos representantes das Associações dos Aposentados e Pensionistas dos IAPs do Estado do Rio fundaram sua Federação.

Foi eleita uma diretoria provisória, assim constituída: Presidente — Francisco Pedro; vice-presidente — Luis Gomes Santiago; 1.º secretário — Elias Patrício Mendonça; 2.º secretário — José Ferreira Costa; 1.º tesoureiro — Antônio Joaquim de Almeida; 2.º tesoureiro — Otto Alonso, e suplente, Alberto Hermes.

A nova entidade, que recebeu o nome de Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas dos Institutos de Previdência Social do Rio de Janeiro, acha-se instalada à rua Cel. Gomes Machado, 192, em Niterói.

CURTIBA (Da sucessão)

— Não agora em Brasília os irmãos Antônio Pedro e Abdias dos Santos, clamando por justiça para o crime que contra eles praticou o latifundiário Jorge Viçoso Maia, do município de Iporanga, neste Estado.

Em setembro do ano passado, o camponês Antônio Pedro foi alvejado no rosto, a cargo de chumbo, pelo filho do latifundiário, ficando cego das duas vistas, e a fisiologia desfigurada e o cérebro lesionado.

O fato, mais um hediondo crime do latifúndio, passou dez meses atado pelos responsáveis, que mantêm inclusive a justiça local, mas agora veio à luz pela investigação de Abdias em salvar o irmão.

ANTECEDENTES

Há cerca de três anos, os dois lavradores, oriundos de Ceará, bateram as portas do fazendeiro Jorge Viçoso Maia, procurando trabalho com que sustentá-los.

Comegaram a trabalhar como o pai, ficando 3.000 pés de café, sem, contudo, haver nenhum contrato assinado, pois o fazendeiro recusou-se a fazê-lo, alegando que em suas terras "vale a palavra".

E durante dois anos laboraram os irmãos dos Santos, sem ver a cor de um tostão, entregando a colheita de dois anos e esbarrando no cinismo impassível do "ruralista", que se negava peremptoriamente a reconhecer qualquer dívida.

O CRIME

A situação chegou a tal ponto, que foi impossível aos trabalhadores agüentar. Decidiram procurar o latifundiário, no terreiro da fazenda, e pedir algum dinheiro por conta, para comprar comida, pois estavam quase à mingua.

Foi o que bastou para enfiar-lhes o dono das terras, que começou por agulhar o cão policial sobre os dois

e terminou por chamar seu filho, José Viçoso Maia, ordenando-lhe que fusilasse os irmãos.

A primeira carga de chumbo, tomou Antônio Pedro, que atingido em pleno rosto, ficou no solo, inerte. O latifundiário deu ordem de fogo novamente para liquidar Abdias, mas o filho vacilou, e que deu margem a que o lavrador fugisse, abandonando o corpo do irmão, que julgava morto.

Antônio Pedro passou cerca de três horas esvaindo-se em sangue, prostrado no mesmo local, de onde só foi retirado porque dois outros camponeses — João Jota e Gilde Alves, que estavam de assistência a toda a cena — correram em busca do socorro.

Vieram ao terreiro da fazenda três soldados da polícia, limitando-se, um deles, a perguntar: "Por que e com quem foi isso, sr. Maia?". E estas foram, até agora, as únicas palavras de tom tímido e com o cenário ovulado pelo criminoso.

A JUSTIÇA

A partir do dia 26 de setembro, os irmãos dos Santos começaram a enfrentar a onerosidade do poder dos latifundiários. Já no hospital de Iporanga, — e que revela inhumanidade sem limites — Antônio Pedro passou 15 dias praticamente sem assistência alguma.

Um dos médicos, dr. Geraldo, condôco com a situação do camponês, resolveu enfrentar a ira do latifundiário e procurou-o em busca de recursos para enviar o ferido para São Paulo, onde talvez pudesse ter salva uma das vistas.

A resposta foi brutal: — Que me importa? Devia ter morrido. Eu não tenho dinheiro para gastar com besteira.

As mesmas dificuldades em todos os setores. Prefeitura, Câmara, Justiça, Polícia, enfim, todas as autoridades, tanto de Iporan-

ga como da comarca do Cruzeiro do Este, se não tomavam conhecimento e partido do crime, pelo menos omittiam-se e esquivavam-se.

O mais que conseguiram foi que um cambaio lhes emprestasse 50 mil cruzeiros para contratar um advogado. Sr. dr. Luciano, aceitou a coisa, mas por pouco tempo. Foi logo procurado pelo latifundiário, que conseguiu sua assistência profissional por 150 mil cruzeiros. A defesa dos lavradores foi abandonada.

Compreendendo que nada conseguiria na região, Abdias, passando pela humilhação de comolar para pagar as despesas de viagem, carregou o irmão para todas as portas: Executivo, Legislativo e Judiciário. Conseguiram apenas uma carta do presidente do Tribunal de Justiça ao juiz de Cruzeiro do Este, pedindo — pedindo, não ordenando — a instauração do processo.

A autoridade, depois de muitas gargalhadas debochando da audácia dos trabalhadores, voltou-se furioso contra os dois, amesandando-os de prisão caso quisessem levar a processo adiante, e aconselhando Abdias a trabalhar por dois para sustentar o irmão.

PUNIÇÃO

Abdias, mesmo em meio ao desespero, não desanimou e, à custa de comolas e sacrifícios, contando ainda com a ajuda do recém-fundado Sindicato Rural de Cianorte, conseguiu chegar a Brasília, onde arranjou um lugar no Hospital Distrital da capital, internando o irmão, cujo estado já se agravava bastante.

Al foram os dois descobertos pela imprensa, que tornou público o crime, que tornou Abdias tr inclusive ao presidente da República, na esperança de que algum se dispunha a fazer justiça, isto é, levar os criminosos, pai e filho, à punição.



As provas da arbitrariedade

"Parceiros que não há mais como enfrentar uma situação destas, pois não conseguimos que um parlamentar que dispõe de todo o poder, não seja mais que um instrumento de uma política de dominação. Não é reconhecido pelos autoridades do Estado como cidadão, não é respeitado como representante do povo, não é considerado como cidadão brasileiro, não é tratado na Assembleia Legislativa de um cidadão por ser cidadão que agitem o crime de quebra tráfego pelo governador, visando impedir o grande comício do dia 7."

Dentro da sua característica antidemocrática de impedir as manifestações populares em Guanabara, o governador Carlos Lacerda determinou a prisão de todos os trabalhadores que estivessem considerando o povo ao comício contra a constituição da Comissão do Sindicato dos Têxteis. Foi obrigado a ser assinado pelo governador para permitir a fuga de alguns dos sindicalistas e a prisão de outros depois o trabalhador conseguiu escapar da prisão do polícia. Estes, insatisfeitos, resolveram procurar a sede de entidades, onde se encontraram e participaram de um permanente reunião de associados nos deputados cariocas, trecho do qual transcrevemos a seguir:

"O tempo ao lado de um normalista, é precioso para o homem que descepara pelos fundos do silêncio, com o intuito de resolver os problemas surgidos com os dois presos para a secretaria. Portanto, não se sua autoridade terminada quando o preso em prática um tipo de ação para o qual não tinha autoridade. O policial detestava, então, que tinha autoridade para fazer o que bem entendesse".

"Resolvi por isso, mostrar-lhe a carteira que todos prezamos, pois foi conquistada com o voto do povo. Foi obrigado a esboçar no momento para fazê-lo sentir que falava com um parlamentar. Entretanto o referido militar disse-me textualmente que não lhe interessava o título de deputado, e que tinha ordem para fazer o que bem entendesse".

Algumas das fotos estão ao lado. Atestam o crime, a arbitrariedade cometida pela polícia do governador fascista. São documentos que só a burrice do deputado MacDowell, da UDN, pode negar autenticidade...

Integração Total Exigem os Trabalhadores em Carris

Com a extinção do serviço de bondes da Zona Sul, mais de mil trabalhadores em empresas de carris encontram-se desempregados, pendentes de decisão do governo estadual quanto ao seu aproveitamento. Quando o serviço de energia elétrica com o recebimento de seus salários.

O Governo parece ter concordado com a aposentadoria dos trabalhadores com mais de trinta anos de casa, acrescida de uma indenização referente a apenas dez meses de trabalho, mas sempre foge a uma definição quanto aos demais interessados, indo contra o determinado na Lei n.º 198, que criou a Companhia de Transportes Coletivos.

INTEGRAÇÃO

Quando da entrega, pelo Grupo Light, do serviço de bondes da Zona Sul ao governo estadual, por força do término do contrato de concessão, foi criada a Junta Administrativa Provisória, que recebeu os haveres como depositária judicial, ficando encarregada, ainda, dos compromissos trabalhistas para com os empregados daquele Serviço. Mais tarde, a Lei n.º 198 criou a Companhia de Transportes Coletivos, com a determinação de prioridade e preferência para trabalhar nos Trolley-Bus, à medida que estes substituísem os bondes, devida aos trabalhadores em carris. Lacerda enviou documento ao Sindicato confirmando tal determinação que foi cumprida por pouco tempo, até abril. Isto é o que constava e consta no papel, na lei que cria o órgão. Mas, quando da constituição legal da Empresa, entregou ao coronel Fontenelle (o da "sucata"), as coisas ficaram diferentes. O coronel achou que os contratos deveriam ser assinados apenas por 90 dias, fazendo diversas outras exigências inaceitáveis. Os trabalhadores em Trolley's reuniram-se e recusaram as propostas, deflagrando greve para exigir o respeito à Consolidação das Leis do Trabalho. Dois dias depois, os trabalhadores em carris aderiram, paralisando o serviço de bondes. A atitude de represália, antipopular, do coronel da sucata, foi despedir todos os troleistas e negar a integração, como determina a lei, dos trabalhadores em bondes na CTC, vindo a admitir, em seguida, pessoas estranhas a qualquer das duas empresas. A negativa de integração por parte do governo da Guanabara não é só de desrespeito à lei como contraria aos interesses populares,

de bondes. As máquinas e reboques foram retirados e conduzidos ao Vasadouro do Caix, terreno do Departamento de Limpeza Urbana, na entrada da Supersida. Parte dos trilhos e fios teve o mesmo destino, enquanto o restante, quando não continua intocado nas ruas, foi abandonado. Talvez seja intenção do governo transformar em sucata o que ainda há de aproveitável, pois a proximidade do mar e o abandono em que o material fica naquele local já fez com que muitas das peças para lá conduzidas se deteriorarem, sendo que muitas chegaram em razoável estado de conservação.

Seja nosso leitor um engenheiro, operário ou camponês; professor, estudante, pintor, esportista ou artista; dedique-se aos esportes ou ao trabalho social; seja médico, comerciante, industrial ou dona de casa; advogado ou cientista — sempre encontrará nas páginas das revistas soviéticas o que mais lhe interessa.

Lendo estas revistas, ser-lhe-á fácil acompanhar o fabuloso desenvolvimento científico e técnico da URSS; sua vida política, econômica, social e cultural; assim como os mais importantes acontecimentos mundiais. Estas revistas são maravilhosamente ilustradas, impressas em papel de primeira qualidade, competindo assim com as melhores do mundo. Seus preços são acessíveis:

UNION SOVIETICA — Mensal — Ilustrada	800,00
UNION SOVIETICA — (Inclusive o suplemento EL DEPORTE EN LA URSS)	1.000,00
TIEMPOS NUEVOS — Semanário	600,00
LITERATURA SOVIETICA — Mensal — Ilustrada	600,00
LA MUJER SOVIETICA — Mensal — Ilustrada	460,00
CULTURA Y VIDA — Mensal — Ilustrada	460,00
NOVIDADES DE MOSCU — Semanário	560,00
FILMS SOVIETICOS — Mensal — Ilustrada	600,00

Elas aparecem em espanhol, inglês, francês e outras línguas. São enviadas ao assinante por via aérea. Assinadas é fácil: escolha as revistas que deseja assinar, faça seu pedido, juntando cheque bancário, pagável em São Paulo, em nome de:

J. C. AMARAL GUIMARÃES — AGÊNCIA INTERCAMBIO CULTURAL
Rua 15 de Novembro, 226 - 2.º and. - sala 209
SÃO PAULO

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

ANUAL Cr\$ 1.000,00
SEMESTRAL » 500,00
TRIMESTRAL » 250,00

ASSINATURA AÉREA

ANUAL Cr\$ 2.300,00
SEMESTRAL » 1.200,00
TRIMESTRAL » 600,00
NÚMERO AVULSO » 20,00
NÚMERO ALTRÁS » 30,00

Ofensiva contra o salário

Está sendo desencadeada, proutamente, uma nova ofensiva contra os salários. Na campanha se encontram, lado a lado, tanto grupos gorilas como setores do Governo. O objetivo é o mesmo de sempre: arrancar cada vez mais dos que vivem do trabalho para preservar e ampliar os privilégios dos que vivem da espoliação.

A ofensiva antioperária aparece diariamente nas páginas da chamada "grande imprensa". A tática adotada é a de distorcer a realidade, visando por este meio confundir a opinião pública, lançar a discórdia entre determinadas categorias de trabalhadores e cavar um fôssco entre o movimento operário e certos setores das massas populares. E dentro dessa tática, por exemplo, que órgãos como "Jornal do Brasil" — em cujas colunas se defende, hoje, abertamente o IBAD — publica páginas inteiros, manipulando dados e cifras para "convencer" a opinião pública de que os marítimos, portuários, estivadores, etc., não trabalham e ganham salários nababescos. Dentro ainda dessa tática, procura-se lançar a divisão em setores como os bancários ou os operários navais.

Enquanto está sendo promovida essa campanha antioperária — levada para a tribuna do Parlamento por golpistas e agentes do imperialismo como Herbert Levi — anuncia-se que começa a funcionar a comissão recentemente constituída pelo Governo com a finalidade de fixar uma política salarial. Tudo leva a crer que existe uma estreita ligação entre a ofensiva publicitária e a tarefa oficial atribuída a essa Comissão. A experiência das lutas da classe

operária em nosso País indica que o que se pretende é criar um clima que possibilite, e pretense de ofixar uma política; diminuir ainda mais a consciência para destinada aos trabalhadores na renda nacional, rebelando o seu já tão reduzido poder aquisitivo e aumentando a miséria em que vivem mergulhados as massas do povo. O objetivo da reação não é corrigir supostas disparidades, e sim aumentar a espoliação dos trabalhadores e agravar a fome no País.

O movimento sindical brasileiro, cuja maturidade tem sido evidenciada de forma impressionante nos últimos anos, não se deixará envolver por essa trama sinistra que se urde nos círculos reacionários. Os trabalhadores de nosso País não admittirão, em nenhuma hipótese e sob qualquer pretexto, que alcancem êxitos as manobras mediantes as quais se tenta diminuir mais ainda o valor dos seus salários. E não se trata só, para o movimento operário, de uma batalha defensiva. Os trabalhadores lutam e continuarão a lutar, com vigor dia a dia maior, para que aumente a sua participação na renda do País, para que os seus salários ganhem substância e valham amanhã mais do que o pouquíssimo que valem hoje.

O aumento dos salários, de modo a que não só se restabeleçam os níveis deteriorados pela inflação mas proporcionem uma elevação do poder aquisitivo, é uma reivindicação sagrada dos trabalhadores. Não há nenhuma manobra, parte do Governo ou de fora dele, que consiga confundir os trabalhadores e afastá-los de justo caminho da luta pelos seus direitos e seus interesses vitais.

O violino de Gordon

A importante revelação-partida de fontes as mais insuspeitas — "Tribuna da Imprensa" e "Jornal do Brasil": — o ambaxador norte-americano, Lincoln Gordon, reuniu-se em 17 chefes das maiores empresas lanques em nosso País para discutir a situação política nacional e definir a posição dos investidores dos Estados Unidos em face das próximas eleições presidenciais. Foram mencionados na revelação os nomes de vários dos participantes dessa reunião.

o-fato revelado e ainda se mostra inquieto em formular desmentidos. Nisso, chega ao ridículo de, em carta a um dos jornais cariocas, dizer que na noite tal não podia se encontrar em reuniões porque estava tocando violino juntamente com o seu filho...

O povo brasileiro conhece sobejamente esse violinista. Há muito bem de quem se trata: um homem da confiança direta dos trustes imperialistas, aos quais serve incondicionalmente, inclusive intervindo já um sem-número de vezes em nossos assuntos internos, enquanto articula assaltos de gansters à nossa economia, como é o exemplo da compra da Bond and Share.

Intolerância e insanidade

No caso de Lacerda, quase nunca é possível separar a ideologia ultra-reacionária e a insanidade mental. Isso não se revela só nos momentos em que, perdendo as estribelhas, recorre ao grito, à gesticulação furiosa e ao baixo ualho. Acontece também nos instantes de aparente serenidade, como se deu ao depor perante a Comissão Parlamentar, que, numa vã tentativa de neutralizar a repercussão das denúncias acerca do IBAD-IPES, foi constituída sob o pretexto de apurar as "presenças sobre o Congresso". Lacerda falou à vontade, sem que nenhuma ação externa e perturbante fosse formada, em sua grande maioria, de gente do humor. Sua própria convocação fora acertada, com o objetivo de possibilitar a Lacerda uma tribuna de onde poderia fazer graves denúncias e revelações.

Pois bem: apesar desse ambiente e desse clima, o homem se destampou, indo muito além do que convinha aos próprios empresários do depoimento. O mínimo que fez Lacerda foi defender historicamente o IBAD, exaltando os seus "serviços à democracia" e descompor injuriosamente quase todos os jornalistas políticos que trabalham em Brasília, chamando-os de mentirosos, deturpadores e corruptos. A intolerância reacionária era levada, pela insanidade mental, a alturas inconcebíveis e inadmissíveis mesmo para os correligionários e membros do fã-club de Lacerda. Udenistas como Adauto Cardoso e Pedro Aleixo foram forçados a desmentir-lo.

A todos ocorreu a ideia: que seria da liberdade de imprensa se esse reacionário e insano mental fosse, um dia sequer, presidente da República?

Atenção para as concessionárias

Não deve amortecer a vigilância das forças nacionalistas a aparente placidez em torno do problema da compra das concessionárias estrangeiras de serviços públicos. A primeira vista, saiu o assunto do centro das preocupações, quer dos grupos imperialistas norte-americanos, quer do governo brasileiro. Essa porém, é uma calma apenas de superfície. Por baixo, as águas continuam revoltas.

qualquer governo estrangeiro, desde que desses compromissos resultem atentados aos interesses nacionais, especialmente à nossa soberania. Ora, qualquer compromisso para a compra de ferros velhos como os da Bond and Share — que, tudo indica, já foram pagos muitas vezes e pertencem já há muito ao povo brasileiro — seria uma traição aos interesses nacionais. E se os compromissos do Governo são com o povo, como em tantas ocasiões tem repetido o próprio sr. João Goulart, por que então isso de jurar fidelidade a Kennedy e prestar-lhe "explicações"? A fidelidade e as explicações são devidas unicamente ao povo brasileiro.

A vigilância dos patriotas não deve diminuir, portanto, de maneira alguma. Assim é que os interesses nacionais podem ser preservados.

Professores da sucessão

Quando o grande tema em debate no Congresso — o da reforma constitucional — estiver sendo negociado, os que se travam nos bastidores, mas não desistem de se fazer ouvir, são os chamados "professores da sucessão".

Ademais, de Barros como professor candidato, eterno presidente da Câmara, e a magnífica Pinto ainda embaixo do seio de seu pai, são os chamados "professores da sucessão". Mas, entre os deputados nacionalistas, uma coisa vai-se formando lentamente: a da necessidade de trabalhar desde já nos grupos progressistas também em função da campanha presidencial. Salienta-se, a esse propósito, o exemplo chileno: no país andino, as forças populares se aglutinaram com grande antecedência em torno de um candidato que representa os profundos anseios do povo irmão, candidato que tem amplas possibilidades de obter a vitória no pleito.

Convencidos de que defendemos os interesses mais legítimos do povo brasileiro, iremos para a praça pública a fim de ganhar os milhões e milhões de brasileiros para a nossa causa e para o nosso candidato, embora sabendo que, através de diversas formas, a vontade de popular tem sido, em grande medida, burrada e fraudada nas últimas eleições.

Anteriormente, pela Instrução 242, foram fixadas normas mais rigorosas para as importações sem cobertura cambial. Agora, o que se restringe, com a 243, é a dispensa do depósito em cruzeiros, (no montante de 80% do valor das importações, pelo prazo de 240 dias) para as importações com cobertura cambial. Assim, pela nova Instrução, a dispensa do depósito mencionado é mantida: a) para importação de mercadorias provenientes de países da ALALC; b) para as importações e transferências financeiras especificadas periodicamente pelo Conselho (da SUMOC), em lista publicada pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil; c) para importações e transferências financeiras realizadas pelo governo federal, pelos go-

Significado da Instrução 243

No quadro das medidas parciais destinadas a fazer frente às dificuldades cambiais que o País atravessa, a SUMOC vem de baixar a Instrução 243. O ato tem por finalidade criar novas restrições aos gastos cambiais, situando-se na linha de compressão das importações e das transferências financeiras. Ao que estamos informados, a política de contenção de despesas em moedas estrangeiras, que vem sendo seguida virtualmente desde o princípio do ano e, com maior rigor, há alguns meses, já está proporcionando resultados razoáveis, entre os quais avulta um saldo de cerca de 100 milhões de dólares nas trocas com o exterior (excitulos dos dispêndios em fretes e seguros) de janeiro a esta parte. Em outras palavras, as exportações brasileiras virtualmente as importações em cerca de 100 milhões de dólares, no período considerado. O que normalmente vinha acontecendo era um equilíbrio nas trocas, que, mesmo examinadas em termos FOB, ora deixavam pequenos saldos, ora pequenos déficits.

Trata-se, por certo, de um passo à frente no sentido de um controle de câmbio mais eficaz. Entretanto, deve-se assinalar que ainda é um passo tímido. Por que a exigência é feita apenas para as importações e transferências oficiais? Por que não estendê-la — e criar outras exigências — a qualquer importações e transferências? Afinal, a economia do País está sofrendo graves prejuízos, em setores básicos, decorrentes das dificuldades cambiais, como é o caso da Petrobrás. Por isso mesmo, nenhuma liberalidade se justifica. Ao contrário, o que as necessidades nacionais reclamam é a adoção de critérios, os mais rigorosos e prioritários no dispêndio das escassas divisas disponíveis.



O Pai da Criança

Afonso Casson

Alguns ingênuos surpreenderam-se com o tom da fala de Salazar sobre as possessões africanas, pois diziam esperar que o ardido ditador tivesse evoluído, ou e clamor dos povos lusos, pensando no futuro de uma colônia que há dezasseis anos vem dando demonstrações inequívocas da mais insurvel senilidade.

Portugal tem condições de manter indefinidamente o atual estado de coisas, aquém e além-mar. No entanto, algumas de suas declarações têm positivamente um tom anódico. E entre elas, sobressai a afirmação de que a Angola não estaria sem Portugal, acrescida de que a "provincia da ultramar" é uma criação lusitana, exclusiva, como a dizer que é a mãe da criança feliz e viçosa. E todos lastimamos, com intensa amargura, que um homem de essa estatura não dirigisse o império português desde as primeiras décadas do século passado, pois com a utilização dos mesmos argumentos talvez houvesse impedido a independência do Brasil. E seria uma felicidade, pois todos nós ainda estaríamos destrutando as carcaças de um pai tão extremo, ainda viveríamos as excelências de um regime paradisíaco, que hoje existe para gozo exclusivo dos venturosos povos de Angola, Guiné e Moçambique.

Lacerda na CPI: Mais Uma Vez a Chantagem do Anticomunismo

O sr. Carlos Lacerda, compareceu sexta-feira da semana passada, na CPI que investiga as presenças sobre o Congresso. Ele nada disse e também não foi inquirido sobre os processos ilegítimos que há anos vem usando neste país para intimidar governos e instituições. Nada disse, por exemplo, do papel que desempenhou e a quem servia, o que é ainda mais importante — em 24 de agosto de 54, quando levou Getúlio ao suicídio, e em agosto/setembro de 61. O deputado Marco Antônio Coelho, que esteve presente ao depoimento do governador da Guanabara para lhe fazer algumas perguntas, nada pôde dizer. A sua presença foi notada pelos parceiros de Lacerda que integram a CPI, e estes, temerosos, ocuparam todo o tempo disponível para impedir a ação do representante do povo da Guanabara, Marco Antônio, forçado a voltar para Brasília, deixou de submeter Lacerda a um interrogatório que só um militante anticomunista pode fazer, a fim de obrigá-lo a confessar que serve aos monopólios estrangeiros e às forças da reação interna.

ser galatas, como a que fez Nelson Carneiro (deputado do "divorcio"), para saber "se Lacerda sofre pressão do Congresso". O deputado Nelson Carneiro, que é um dos maiores água-de-flor da Câmara, ficou muito satisfeito com a resposta de Lacerda de que não há tal pressão do Congresso. Foi assim o desenrolar da sessão da CPI de sexta-feira: entre o vociferar histérico de Lacerda e os rapazes dos membros da Comissão.

"democracia" semelhante à do venezuelano Betencourt. ANTICOMUNISMO: A GRANDE ARMA. A tónica dos depoimentos de Lacerda — que não constitui novidade — é a utilização que faz do anticomunismo como o instrumento de divisão das forças nacionalistas. A tática é primária e batida; mas não deixa, apesar disso, de encerrar perigos. Há sempre forças suscetíveis de se impressionarem com a chantagem do anticomunismo. Há ainda os tímidos e vacilantes, que podem, no seio do movimento nacionalista, causar prejuízos. Por isso Lacerda bate com tanta insistência na teia, por isso acusa patriotas e nacionalistas de servirem aos comunistas quando ao lado destes, outra coisa não fazem senão defender o País contra a espoliação estrangeira.

Aristides Barone

Aos 48 anos de idade faleceu o militante comunista Aristides Barone. Líder operário gaúcho, foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo. Levado pelos operários à Câmara Municipal, onde ocupou a cadeira de vereador durante vários anos, Aristides Barone era muito mais elevado conceito pelos trabalhadores, com os quais ele foi tantas vezes às ruas.

Ajuda a NOVOS RUMOS

Table with 2 columns: Name and Amount. Includes José Lima da Silva (100,00), Amigo de Curitiba (200,00), Amigos de Penha (1.000,00), Albatros (600,00), Helen (300,00), Amigos do IAPC (500,00), Amigos de F.C.B. (500,00), Elias Nestor Martins (100.000,00), and others.

Sumo

— poris mette limo

Informações as mais arrojadas aparecem nas colunas da imprensa carioca. Lido, por exemplo, no canto de página de um dos colunistas do Rio, que o discurso do sr. João Goulart à bordo do "Ana Neri" indica a tomada de nova orientação. Teria o presidente da República verificado ser impossível qualquer conciliação com as forças conservadoras do Parlamento. Então, o sr. João Goulart haveria reconhecido a necessidade de empregar os poderes de que dispõe em favor da aprovação das reformas de base. Somaria a força desses poderes aos efeitos de uma aproximação mais efetiva com o povo e particularmente com os trabalhadores.

ter aberto os olhos daqueles parlamentares, numa espécie de revelação divina. Os deputados que ouviam o presidente da República, segundo uma informação de jornal, "demonstravam, com acenos de cabeça, concordância com a sustentação de Jango". Provavelmente não se tratava de um gesto de aprovação mecânica, semelhante ao das muitas de presépio. Era a evidência dos fatos penetrando em cérebros humanos.

PRIFEREM A PAZ

Aumenta com o cessar o número de cidadãos da Alemanha ocidental que se transferem para a República Democrática Alemã em busca de uma vida nova. Apenas em um mês, isto é, em dezembro de 1962, mais de 1.300 alemães ocidentais apresentaram-se aos postos de acolhida, entre eles dezenas de jovens soldados do exército federal. A entrada de ex-soldados das forças de Bonn sobe a cada semana. No mês de outubro do ano passado, um deles por dia, em média, pediu asilo à RDA. Em sua maioria, afirmavam não suportar a vida do "paraíso", principalmente a propaganda de guerra feita por Adenauer.



EXITOS COREANOS

A produção da indústria têxtil da República Popular Democrática da Coreia, aumentou de 138% em 1962, em relação ao ano anterior. A indústria de metais ferrosos produziu mais de 1.200.000 toneladas, o que significa um aumento de 36% em relação a 1961. A produção de carvão subiu 111%. Foram construídas casas para 180.000 famílias. A colheita de cereais também alcançou grande êxito, tendo sido cumprida a tarefa de colher cinco milhões de toneladas.

VAMOS LER MAIS

Funcionam na Romênia atualmente 23.300 bibliotecas públicas, com cerca de 78.700.000 volumes. O número de leitores permanentes elevava-se, em fins de 1962, a 8.300.000, isto é, a metade da população do país. Nos anos do poder popular, instalaram-se nas comunas e aldeias mais de 7.000 bibliotecas, as quais empregaram 3.700.000 leitores, em sua maioria camponeses e assalariados agrícolas.

BALANÇO DE PLANO

A Diretoria de Estatística da Albânia acaba de revelar alguns dados sobre o Plano de Estado referente aos seis primeiros meses deste ano. Na parte referente à indústria, a meta foi ultrapassada, com 102,1%. A produção foi superior à de igual período do ano anterior, em 106,3%. O número de tratores foi 17% maior que no primeiro semestre de 1962. Grandes avanços também foram registrados em outros setores, como a produção de mercadorias de consumo popular, educação, obras públicas etc.

ALCOOL NA ÁGUA

Os cientistas soviéticos, com o objetivo de impedir a evaporação da água das grandes barragens situadas nas zonas de intenso calor, criaram um novo material, uma película molecular, com a utilização de álcoois graxos especiais. Impedindo a separação das moléculas de água da superfície, essa capa não altera o regime gasoso da barragem. Os resultados das primeiras experiências no lago Sevan, da Armênia e nas barragens da zona do Volga foram promissores: com o uso diário de álcoois na base de 0,1 grama por metro quadrado de superfície, a evaporação diminuiu de 26%. Essa economia é bem ponderável, particularmente nas zonas áridas. Novos estudos estão sendo processados para a utilização destas películas e a seleção de álcoois para sua formação.



PONTE PARA A RAU

Foi iniciada há poucos dias na Tchecoslováquia a construção de uma ponte de aço de 322 metros de comprimento, destinada à República Arábia Unida. A ponte está sendo fabricada nos grandes estabelecimentos metalúrgicos "Klement Gottwald", em Ostrava, centro siderúrgico da Morávia. A parte giratória da ponte, de 70 metros, permitirá a passagem dos navios que singram o Nilo. Passará pela ponte a linha férrea que une o Cairo a Alexandria. O peso total da obra atinge a 3.000 toneladas.

O QUE HIRTA

A verba para Educação, no orçamento de Cuba para 1963, atinge a quase 200 milhões de dólares. Agora, todas as pessoas têm oportunidade de estudar. Cem mil bolsistas recebem gratuitamente ensino, livros, roupas e alimentos. Até 1968, funcionarão no país 8.333 escolas; este ano o número de educandos ultrapassou a cifra dos 13.000. Acrescenta-se que os 200 milhões do orçamento deste ano não incluem as verbas correspondentes a organismos como o Conselho de Cultura, as Universidades e a Comissão Orgânica da Academia de Ciências, num total de cerca de 52 milhões de dólares. Eis alguns dados de orçamentos anteriores para a Educação: 1956/57, \$ 74.177.088; 1959/60, \$ 81.894.059; 1960, \$ 85.863.567.

MELHOR RENDIMENTO

O volume global da produção agropecuária búlgara aumentou em mais de 70% em comparação com o nível de antes da guerra. O rendimento médio por hectare de alguns produtos, nos anos de 1959 e 1960, foi o seguinte (em quintais): trigo, 13,1 e 19,1; cevada, 14,9 e 21,1; girassol, 9,6 e 14,5; milho, 13,8 e 25,3; beterraba, 176,7 e 245,3; tomates, 204,9 e 291,6. A produção de ovos era de 73 unidades por galinha em 1958; em 1960 foi de 103 unidades. A quantidade de leite era, em 1959, de 450 litros por vaca; em 1960, foi de 1.853 litros.

Milhares de Pernambucanos Aclamam Prestes no Recife

O discurso do sr. João Goulart em Recife mais pareceu fala de um candidato do que pronunciação de um presidente da República, tão de fora ele se colocou das responsabilidades assumidas perante o povo de realizar as reformas da base. Engana-se, porém, o presidente Goulart se imagina com novas promessas satisfazer a angústia de milhões de brasileiros sem que isso agrave mais ainda a situação de seu governo de conciliação com as forças do latifúndio e do imperialismo — disse Luiz Carlos Prestes, falando, na capital pernambucana, no último fim de semana, a mais de 50.000 pessoas nos comícios a que compareceu para prestigiar as candidaturas Pelópidas Silveira e Antônio Carlos Cintra do Amaral à Prefeitura daquela cidade nas eleições de domingo próximo. Criticando as vacilações do presidente da República, afirmou ainda Luiz Carlos Prestes: — O sr. João Goulart comete, sem dúvida alguma, um grave equívoco ao admitir que o povo brasileiro possa aceitar as suas alegações, pois ninguém ignora a extensão e a profundidade dos poderes que detém em suas mãos. O Poder Executivo é, em nosso País, o poder dos poderes. Eis possui o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil e as Forças Armadas, e, para realizar as reformas, tem ao seu lado, sobretudo, a esmagadora maioria da Nação, já expressa de forma impressionante no plebiscito de 6 de janeiro último. Nem mesmo lhe falta apoio parlamentar, pois já se sabe que hoje conta, senão com dois terços, pelo menos com a maioria absoluta na Câmara dos Deputados para garantir a aprovação das leis básicas que o povo brasileiro exige para a solução de seus problemas mais graves e urgentes. O que é imperioso, portanto, da parte do povo, é repudiar essas explicações, que de forma alguma podem ser aceitas, e redobrar todos os esforços na luta contra a conciliação do Governo com os latifundiários e os imperialistas e pela constituição de um governo nacionalista e democrático, sem qualquer compromisso com as forças que oprimem e espoliam o povo brasileiro, e, portanto, capaz de realmente iniciar as reformas de base que a Nação, de pé, reclama e exige para já, sem mais delongas.

— O discurso do sr. João Goulart em Recife mais pareceu fala de um candidato do que pronunciação de um presidente da República, tão de fora ele se colocou das responsabilidades assumidas perante o povo de realizar as reformas da base. Engana-se, porém, o presidente Goulart se imagina com novas promessas satisfazer a angústia de milhões de brasileiros sem que isso agrave mais ainda a situação de seu governo de conciliação com as forças do latifúndio e do imperialismo — disse Luiz Carlos Prestes, falando, na capital pernambucana, no último fim de semana, a mais de 50.000 pessoas nos comícios a que compareceu para prestigiar as candidaturas Pelópidas Silveira e Antônio Carlos Cintra do Amaral à Prefeitura daquela cidade nas eleições de domingo próximo. Criticando as vacilações do presidente da República, afirmou ainda Luiz Carlos Prestes: — O sr. João Goulart comete, sem dúvida alguma, um grave equívoco ao admitir que o povo brasileiro possa aceitar as suas alegações, pois ninguém ignora a extensão e a profundidade dos poderes que detém em suas mãos. O Poder Executivo é, em nosso País, o poder dos poderes. Eis possui o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil e as Forças Armadas, e, para realizar as reformas, tem ao seu lado, sobretudo, a esmagadora maioria da Nação, já expressa de forma impressionante no plebiscito de 6 de janeiro último. Nem mesmo lhe falta apoio parlamentar, pois já se sabe que hoje conta, senão com dois terços, pelo menos com a maioria absoluta na Câmara dos Deputados para garantir a aprovação das leis básicas que o povo brasileiro exige para a solução de seus problemas mais graves e urgentes. O que é imperioso, portanto, da parte do povo, é repudiar essas explicações, que de forma alguma podem ser aceitas, e redobrar todos os esforços na luta contra a conciliação do Governo com os latifundiários e os imperialistas e pela constituição de um governo nacionalista e democrático, sem qualquer compromisso com as forças que oprimem e espoliam o povo brasileiro, e, portanto, capaz de realmente iniciar as reformas de base que a Nação, de pé, reclama e exige para já, sem mais delongas.

Depois de fazer referências aos acontecimentos de 4 de abril na Guanabara, "acontecimentos que encerraram uma séria advertência a respeito de nossos aliados, notadamente o presidente Goulart", Luiz Carlos Prestes, chamou a atenção para o grave equívoco em que incorrem os que encaram a unidade sem luta, e mostrou ao mesmo tempo que o fato de combater e criticar falsas posições de aliados não significa, necessariamente, uma ruptura. O sr. João Goulart e o PTB — acrescentou — são nossos aliados, mas nem por isso nos vamos aceitar as suas vacilações em preluar e nacionais. Ele é que romperá conosco, se continuar a sua política de concessões à direita. Tampouco prevalecerá a chantagem em torno das ameaças das forças reacionárias como instrumento para obter de nós, comunistas, uma posição reboquista, como não prevalecerá, igualmente, as pressões esquerdistas, desesperadas, que apenas agravam concessões do Governo à reação e ao imperialismo, porque elas obscurecem os aspectos positivos que o Governo possui, e que devemos reconhecer e apoiar mesmo fazendo-lhe oposição do ponto de vista geral.

Após enumerar uma série de êxitos que vêm sendo alcançados pelas forças nacionalistas e democráticas, particularmente a partir da crise de julho do ano passado, e que tiveram entre seus pontos altos e plebiscito de 6 de janeiro, a derrota do Plano Trienal, e embargo da negociação com a Bond and Share e a saída do general Kriem do Ministério da Guerra, Luiz Carlos Prestes destacou que o panorama nacional apenas infundiu otimismo aos democratas e aos patriotas, citando o papel que vem desempenhando o CGT, expressão do crescimento da unidade e organização da classe operária e de sua vigorosa influência política, os progressos realizados pelo movimento camponês e pelo movimento democrático e nacionalista em geral, inclusive dentro das próprias

Forças Armadas, tudo indicando que, com a acumulação de forças já alcançada, hoje não há condições para nenhum golpe de direita, porque este — disse — só pode surgir como uma aventura para ser exemplarmente smagada e fazer, inclusive, com que o povo dê mais um passo à frente. Tudo mostra — acrescentou — que podemos chegar à constituição de um governo nacionalista e democrático pelo mesmo caminho pacífico que estamos percorrendo, sem sangue, sem a necessidade de uma guerra civil. For as marchamos firmemente; e à medida que, com a justa aplicação de nossa linha política, mais forças acumulamos na ação cotidiana, maior se torna a possibilidade dessa conquista sem um sacrifício mais penoso de nosso povo.

OTIMISMO
Após enumerar uma série de êxitos que vêm sendo alcançados pelas forças nacionalistas e democráticas, particularmente a partir da crise de julho do ano passado, e que tiveram entre seus pontos altos e plebiscito de 6 de janeiro, a derrota do Plano Trienal, e embargo da negociação com a Bond and Share e a saída do general Kriem do Ministério da Guerra, Luiz Carlos Prestes destacou que o panorama nacional apenas infundiu otimismo aos democratas e aos patriotas, citando o papel que vem desempenhando o CGT, expressão do crescimento da unidade e organização da classe operária e de sua vigorosa influência política, os progressos realizados pelo movimento camponês e pelo movimento democrático e nacionalista em geral, inclusive dentro das próprias

Forças Armadas, tudo indicando que, com a acumulação de forças já alcançada, hoje não há condições para nenhum golpe de direita, porque este — disse — só pode surgir como uma aventura para ser exemplarmente smagada e fazer, inclusive, com que o povo dê mais um passo à frente. Tudo mostra — acrescentou — que podemos chegar à constituição de um governo nacionalista e democrático pelo mesmo caminho pacífico que estamos percorrendo, sem sangue, sem a necessidade de uma guerra civil. For as marchamos firmemente; e à medida que, com a justa aplicação de nossa linha política, mais forças acumulamos na ação cotidiana, maior se torna a possibilidade dessa conquista sem um sacrifício mais penoso de nosso povo.

PELÓPIDAS
Luiz Carlos Prestes, que nas diversas oportunidades em que falou abordou variados aspectos da situação nacional, referindo-se particularmente às eleições municipais pernambucanas, mostrou ainda que inclusive pelo voto pode o povo conquistar governos democráticos que signifiquem um avanço na solução de, pelo menos, alguns de seus problemas; e, depois de apontar o governo de Arraes,

A Coexistência e a Possibilidade de Evolução Não Violenta Para o Socialismo
A posição do movimento comunista mundial em face de questões como a defesa da paz, a coexistência pacífica de regimes antagônicos e a possibilidade de evolução pacífica do capitalismo ao socialismo, eis o tema do artigo de abertura do N.º 6 da revista "PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO".

No mesmo número, que se encontra à venda nas principais bancas de jornais e livrarias, uma entrevista do poeta espanhol Marcos Ana, que por sinal se encontra em visita ao nosso País. Marcos Ana, egresso dos cárceres franquistas, conta episódios da resistência republicana ante o regime fascista de Franco.

Podem ser também destacados neste número de "PPS" os seguintes trabalhos: "Alianças imperialistas e Contradições Inter-imperialistas", de George Matthews, diretor do "Daily Worker"; "Vitória dos comunistas italianos", de Luigi de Michelis; "proselamento do debate sobre o tema "Os comunistas e a democracia", de Cuba e o Marxismo", de Alcira de la Peña; e carta de Costa Rica sobre a dominação imperialista.

Estudos Sociais
n.º 17
O atual número de ESTUDOS SOCIAIS, que se encontra nas bancas, apresenta os seguintes artigos: Aristóteles Moura — "Dados atuais sobre o imperialismo no Brasil"; Nelson Werneck Sodré — "A burguesia brasileira e a República"; Leandro Konder — "Problemas do realismo socialista"; Pedro Borges — "Alimentação e desenvolvimento econômico"; Documentos do movimento operário brasileiro — "Congresso Operário de 1912"; Georg Lukács — "Dostoiévski"; Crítica de Livros.

erguido (e nós próprios reconhecemos pesadamente a necessidade da sua existência) para impedir o aguçamento de um clima de tensões e provocações que poderia redundar na eclosão de um conflito cujas proporções seriam inimagináveis. Foi erguido, também, para impedir a livre atuação dos grupos de salvadores que agiam em Berlim oriental, para resguardar a economia da RDA da ação dos cambionegristas e especuladores ocidentais. Estes são os fatos que deram causa ao ergulmento do muro. Contra eles é que deveriam erguer suas vozes as pretensas defensoras da justiça.

COM O POVO

Prestes participou de muitas comícios no Recife, sempre seguido por grandes massas populares. Concluiu o povo da capital a votar em Pelópidas e Antônio Carlos (projeto e vice) e nos candidatos propostos à Câmara Municipal.

MEMÓRIA FRACA



Em uma entrevista à imprensa em Berlim ocidental, o ex-vice-presidente Nixon declarou-se contrário a um tratado de não-agressão entre a OTAN e os países do Pacto de Varsóvia. Defendeu uma política agressiva contra as nações socialistas, e que a redução da tensão deve ser condicionada à mudança do regime dos países socialistas. A uma pergunta, disse que os americanos não devem fazer nada que possa ser interpretado como reconhecimento da República Democrática Alemã. Acrescentou, o que provocou riso dos jornalistas presentes, que teve de apresentar seu passaporte, em visita que fez à capital da RDA. O homem, como se vê, continua o mesmo e parece que já se esqueceu as cusparadas da América Latina.

CAMA DE JORNAL

Na rua Euljooon, em Seul (capital da Coreia do Sul), próximo ao mercado de peixe, dormem diariamente nas calçadas cerca de 200 trabalhadores, colocando apenas umas folhas de jornal sobre o piso de cimento, o que faz lembrar o samba de Noel. Alguns deles, cobrem-se com sacos velhos. Os preços do arroz sobem assustadoramente e no ano passado houve "a pior colheita dos últimos cinquenta anos". Apesar disto, o saque aos camponeses, feito pelos norte-americanos e seus amigos locais, na forma de requisição de parte da colheita, foi maior que nos anos anteriores. Esse saque é feito na base de "compras" compulsórias, 40% abaixo do custo de produção, ao mesmo tempo em que aumentaram os impostos sobre terras, e o preço dos fertilizantes subiu 100%.

PADRE EM MAUS LENÇÓIS

Pintores norte-americanos, que restauraram um quadro da Virgem da Neve, na aldeia de Sanz, perto de Nápoles, mudaram a expressão da Virgem, e que ocasionou violento protesto dos fiéis da localidade. O padre, por haver permitido o trabalho dos artistas (?) lanques, quase foi tomado de um desfigurado pela multidão colérica, sendo afinal salvo pelos carabinieri. O que não se salvou foi a casa paroquial, totalmente saqueada, bem como o carro de um dos americanos, inteiramente destruído.

MARINHO NÃO ACREDITA

A Conferência de Ministros do Exterior da Organização da Unidade Africana (OUA), reunida em Dacar, resolveu apoiar o movimento nacionalista de Angola. Todos os 32 países participantes foram concitados a reforçar sua ajuda aos patriotas, para desalojar rapidamente Portugal daquela colônia. Mas O Globo parece que não acredita tanto na próxima libertação de Angola. Tanto que anuncia para aquele território da "ultramara" a realização dos III Jogos Luso-Brasileiros, que "até 1966, poderá oferecer maiores facilidades para a organização de um evento de tamanha envergadura". Talvez, em atenção aos Marinheiros, as forças de libertação proponham uma trégua até 1968. Ou então organizem os I Jogos Afro-Brasileiros...

ESTATÍSTICAS DE FRANCO

A propósito da Espanha, estão em greve nas Astúrias 15 mil mineiros e o governo desconfiado que a paralisação tem caráter político. Franco, que anda muito bonzinho, "está concedendo liberdade a colônias africanas" e acaba de indultar 600 presos políticos (outras dezenas de milhares não foram atingidos pela onda de "benemerência"). Enquanto isto, o ministro de Informações e Turismo do governo franquista fez divulgar algumas estatísticas, procurando provar que é baixa a percentagem de presos políticos em relação ao número de habitantes. Pelas ondas de prisões que assolam o país com tanta frequência, não tardará o dia em que as estatísticas registrarão percentagens de habitantes em liberdade em relação ao número de prisioneiros.

HUMANISMO OCIDENTAL

O mundo ocidental (entre os quais alguns países do Oriente), está dando, nestes últimos dias, grandes demonstrações de humanismo. Na África do Sul, 23 negros foram condenados à morte na última semana. Na Coreia do Sul, três oficiais foram condenados também à pena capital, por tentarem "derrubar o regime de Park Chung Hee". Na Espanha, dezenas de presos políticos continuam sendo mortos ou condenados a penas elevadas. No Vietnã do Sul, sacerdotes budistas continuam deixando-se queimar vivos, em protesto contra as discriminações religiosas. No Iraque, prossegue o morticínio. Isto sem falar nas violentas represálias que prosseguem nos Estados Unidos contra os anti-racistas.

nr Internacional

O muro

Há dois anos, no dia 13 de agosto, erguiu-se o muro demarcatório da fronteira entre Berlim ocidental e a República Democrática Alemã. A data, como não podia deixar de ser, foi utilizada pelos círculos reacionários de lá e de cá para "comemorações" e "novas denúncias sobre o terror imperante na RDA, etc. e tal. No noticiário dos jornais, inclusive, apareceram em maior número notícias sobre "fugas" de alemães do Leste para o Oeste (como se tudo tivesse sido preparado para o dia). Entretanto, a data deve servir mais para memorização do que para provocações. O muro foi

Contradição

O envio de uma numerosa delegação oficial brasileira à posse do ditador paraguaio Alfredo Stroessner está causando justificada revolta. Mais de vinte personalidades, sob a chefia do ministro Abelardo Jurema Irão a Assunção assistir à comemoração da "nova investitura" do sanguinário general, que liquidou todas as liberdades democráticas, mantém milhares de patriotas en-

carcerados, é responsável pelo assassinato de centenas de líderes populares e fez construir na América do Sul campos de concentração que fazem inveja aos instalados na Europa pelos nazifascistas. A participação de tão numerosas e expressivas delegações brasileiras à posse do ditador é uma gritante contradição com as mais recentes manifestações de nosso governo no campo internacional, notadamente a condenação a Portugal e

os reiterados pronunciamentos em defesa da autodeterminação dos povos. É signficativa, — queiram ou não os responsáveis pela nossa política externa — porque parte do maior país da América Latina, uma incontestável demonstração de apoio a um governo de opressão, cujas forças policiais já tiveram a audácia de penetrar em novo território à caça de patriotas que lutavam pela liberdade do bravo povo guaraní.

Congresso de Moscou Foi Mensagem de Paz Das Mulheres

Um reunião em uma delegação brasileira que participou do Congresso Mundial de Mulheres, realizado em Moscou de 24 a 29 de junho. Ouvia de Maria, a festejada cantora, da jornalista Ana Soares Ribeiro, da escritora Helenoide, de dona Maria Sampaio e de Clara Schaff um relato de que foi o Congresso. Opiniões individuais que dão um quadro dos objetivos que assinalaram a assembleia e das conclusões a que chegaram.

LIÇÃO DE SACRIFÍCIO

Dona Maria Sampaio — Impressionou-me profundamente o Congresso em meu espírito. Aquela sucessão de mulheres indo a tribuna — diferenciando-se umas das outras pelo colorido dos traços, pela cor da pele, pelos traços fisionômicos, mas identificando-se todas na relação pungente dos dramas que vivem em seus países, nos a s i o s que marcavam suas expressões naquela tribuna livre.

Jamais esquecerei a figura da representante do Iraque. Toda vestida de negro e o relato que fez. Como morrem as crianças, elas também lançadas aos campos de concentração juntamente com seus pais e mães. As torturas insuperáveis praticadas contra patriotas. O fuzilamento de milhares de homens e mulheres. Todos estes crimes

preludados pelo imperialismo.

Maria — Emocionei-me e Congressei. Foi um espetáculo deslumbrante e dramático, momento para quem, como eu, vivia pela primeira vez as experiências de uma manifestação dessa natureza. Devo falar, por exemplo, do palcos escóthido para o vertiginoso e Palácio do Congresso, em Moscou. Edifício maravilhoso. Não posso deixar de me referir ao carinho do povo soviético.

Sobre o Congresso Impressionou-me profundamente, diante daquele desfile dramático de relatos sobre as condições de vida nos países subdesenvolvidos como e nosso, das manifestações comovidas de solidariedade humana e pacíficas daquelas mulheres, a conduta da delegação norte-americana.

Conversei com as mulheres dos Estados Unidos (41 delegadas) durante um chá que ofereceu a delegação brasileira. Como é que podiam ficar tranquilas diante das palavras da maioria das delegadas, acusando abertamente o imperialismo norte-americano pela miséria e a fome que reinava em seus países? Compreendiam e lamentavam, responderam. E acrescentaram que, infelizmente, em seu país, a maioria do povo não sabe

doma verdade que o resto do mundo conhece.

Por que não faziam então um congresso de mulheres como aquele nos Estados Unidos? — perguntou. Assim o povo norte-americano teria ciência das barbaridades que são cometidas em seu nome no resto do mundo.

É impossível, responderam. Não temos possibilidades em nosso país de realizar uma manifestação como esta.

UM SENTIMENTO UNÂNIME

Helenoide: A unanimidade com que as mulheres desejam a paz e repelem o espectro da guerra, foi o que mais me impressionou.

Mulheres ilustres estavam sentadas ao lado de mulheres obscuras, vindas de países ainda vivendo sob o colonialismo, ou países que sofrem a exploração econômica. Mulheres de nações onde subsistem os problemas mais angustiantes, onde o povo tem o nível de vida mais primário. E todas essas mulheres clamavam pela paz. Sentia-se neelas o sentimento de mães, irmãs, esposas que não querem criar uma geração para o horroroso martírio da guerra atômica. Sentia-se esse horror em todas. Não houve exceção. As norte-americanas inclusive eram das que mais vigorosamente se manifestavam clamando pela paz.

Mostrando, dessa forma, como a paz é indispensável, o Congresso constituiu-se também numa grande lição para todas as organizações democráticas de mulheres, a começar pela internacional, em todo o mundo. Esta é a sua missão primordial: criar e reforçar movimentos e organizações femininas em defesa da paz, que estejam realmente na vanguarda da luta pela paz em seus países. Isso pode ser feito. Havia, no Congresso, mulheres das mais diferentes ideologias, das mais diversas raças, culturas mais contrastantes. No entanto, todas estavam ali a lutar pela paz.

Mostrou também o Congresso, creio eu, que a luta pela paz é inseparável da luta pela independência nacional dos povos. As representantes das nações africanas, asiáticas e latino-americanas que ali se encontravam demonstraram que não tentavam, por causa da luta pela paz, que mobiliza as mais amplas camadas, arriar a bandeira da luta contra o imperialismo. A luta pela paz não significa o abandono da luta de cada país para ter a sua própria estrutura social, a sua independência, para se ver livre da exploração econômica dos imperialistas.

AS DIVERGÊNCIAS

Clara Schaff e Eiza Ribeiro deliveram-se mais de moderadamente nos problemas relacionados com a conduta da delegação brasileira e as divergências que surgiram no plenário.

Clara Schaff — Todas as 54 delegadas brasileiras participaram das comissões organizadas para discutir os relatórios sobre os diversos problemas. Apresentamos também algumas vezes, notadamente um relatório apreciando a situação da mulher e da criança em nosso País, as condições do Brasil e as lutas do nosso povo.

O que nos chamou a atenção é o fato de que, apesar de haver um relatório elaborado anteriormente, tiveram as delegações absoluta liberdade de apresentar outros trabalhos. Esta foi a nossa experiência.

Na segunda comissão, por exemplo, a delegação brasileira (13 representantes) defendeu abertamente o seu ponto de vista de que a defesa da paz e da coexistência pacífica facilita a luta dos povos pela independência nacional. Citamos o exemplo do nosso País, mostrando que neste período, quando que não houve guerra verificou-se um maior avanço na luta do nosso povo pela sua independência.

Nós defendemos este ponto de vista assinalando a compreensão que temos de que a paz e a coexistência pacífica não impedem os povos de lutar em contra e os opressores externos e internos.

PESQUISAS À LUZ DO MARXISMO

Uma nova coleção de livros marxistas

1. O COMUNISMO HOJE E AMANHÃ, vários autores. O que se entende por extinção do Estado? Quem dirigirá a sociedade comunista? A família e o comunismo. O comunismo e a arte. Dia de Trabalho. O resumo da delinquência, etc. 203 págs. br. 600,00
 2. AS ORIGENS DO FASCISMO, de vários autores. Livro atualíssimo. Autores de renome mundial: Dolores Ibaruri, Walter Ulbricht, Paolo Aiatri, Frits Klein e S. M. Slobodskoi. 191 págs. br. 600,00
 3. ASPECTOS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, escrito por especialistas em economia mundial: Vladimir Kalgi (tcheco); Maurice Dobb (inglês); Johann Lorenz Schmidt (alemão); Antônio Perenti (italiano); A. Betchine (soviético); A. Antonov (soviético) e Vitor Perlo (norte-americano). 191 págs. br. 600,00
- A SEGUIR: PROBLEMAS DA ÁFRICA NEGRA E COSMOS, A CONQUISTA DO UNIVERSO.
- OUTRAS NOVIDADES:
- BRASIL, FRONTEIRA DA ÁFRICA, de Maria Archer 650
 - COEXISTÊNCIA PACÍFICA, CONFLITO JUDEU-ÁRABE, de Paulo de Castro 400
 - ANGOLA — ATRAVÉS DOS TEXTOS, vários autores 600
- EDIÇÕES FELMAN-REGO Pedidos a:
- J. C. AMARAL GUIMARÃES — Agência Intercâmbio Cultural Rua 15 de Novembro, 228 - 2.º - s/209 SAO PAULO
- Atendemos pelo Recombio Postal. Descontos aos revendedores



Aliança

A menina Aliança Para o Progresso completa dois aninhos de idade e soprou as duas velinhas que o sr. Micooco colocou em cima do bolo comemorativo. Os pais da criança estão esperando a ficar preocupados. A menina já tem dois anos e, ao invés de começar a andar, insiste cada vez mais em chafurdar na lama, de rastos. Surpresa suscitada de que a Aliança sofre de debilidade mental congênita.

Crise

O historiador japonês Kozo Sakaki informa, com base no exame de manuscritos descobertos em 1935 por Onaro Takeuchi, que Jesus Cristo morreu no Japão, aos 108 anos de idade, acrescentando que quem foi crucificado no lugar de Cristo foi um irmão mais moço que ele possuía. Segundo o Cerete da Manhã (8/8/63), já foi até descoberto e verdadeiro túmulo de Cristo; e uma firma comercial japonesa já mostrou até uma barracquinha para vender refrescos aos primeiros turistas e peregrinos que vierem visitar o túmulo.

Suzanne

Importada pelo governo Carlos Lacarda, circulou pela Guanabara uma velhota francesa que prova também alicientes gorilas do sexo feminino. Entre as muitas declarações de intenção anticomunista feitas por d. Suzanne Labrie, encontrei uma que demonstra não ser a coroa tão cara, quanto o seu anfitrião: "os comunistas têm mostrado muita inteligência do que os democratas" (Palestrina feita na Escola Superior de Guerra em 8/8/63).

Materialismo

O general Machado Lopes, discursando por ocasião da entrega de espadas aos novos generais (8/8/63), resolveu, lá pelas tantas, falar de um assunto em que não é muito forte: filosofia. E disse que o materialismo "reduz o homem a um simples fator econômico", sugerindo que esta afirmação alcançava também o materialismo dialético dos marxistas — o que é uma barbaridade. Fêz mais, e general: asseverou que na alma do brasileiro reside "um invencível apelo sobrenatural". O que é a natureza, hem... Nós, que já conhecíamos o general da Banda, ficamos conhecendo o general da Umbanda...

Portugal

Segundo o Jornal de Brasil de domingo passado, o general Craveiro Lopes (perdo, o marechal Craveiro Lopes) deu entrevista à imprensa e formulou apelo ao governo pedindo "mais liberdade em Portugal". Consta que Salazar, lendo a entrevista do seu afilhado político, não pôde evitar uma exclamação: "Até tu, vruto!?"

Gony

Carlos Heitor Gony, entrevistado e bado último pelo jornal em que colabora, declarou: "os melhores romances que eu poderia fazer nunca serão feitos; ficarei em mim e comigo morrerá. Não talvez por incapacidade. Mas por egoísmo". E por tiradas do tipo desta que há tanta gente por aí descrente em relação à inteligência do Gony achando que o Gony é burro. Gony não é nada burro, pessoal. É até bastante inteligente. Só que ser inteligente é perigoso; e Gony, que é um comodista e não gosta de perigo, de vez em quando desfiava um pouco a inteligência e se permitia telices como a que demos acima.

Twit

A melhor definição de nova dança foi dada pelo escritor francês Jean Cocteau: "é uma dança na qual os rostos ficam tristes e os traços se divertem".

Brecht

O Teatro Nacional de Comédia (Guanabara, sala de espetáculos situada na Av. Rio Branco) está levando a mais famosa peça do mais genial teatrólogo do nosso século: o comunista Bertolt Brecht. A peça se intitula "O Círculo de Gís". É interessante.

Lacarda

Depondo ante a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apuração das atividades corruptoras do IBAD, o governador Lacarda declarou que considerava o IBAD uma instituição necessária e patriótica. Aproveitou, também, para denunciar como comunistas infiltrados nos jornais, numerosos jornalistas que o criticam e não aprovam a sua história anticomunista.

A acusação caiu no ridículo. Um dos jornalistas nomeados chegou à conclusão de que Lacarda está chegando a uma nova fase na sua carreira: está ficando careca por dentro da cabeça.



— espírito de revolta

O estudo do marxismo-leninismo

O marxismo não é uma ciência, apenas: é também uma arma de combate. Está a serviço da luta de classes do proletariado e de sua missão de força emancipadora da sociedade em seu conjunto. Por isso mesmo, tem nas ações de massas e nos objetivos da classe operária sua razão de ser, a fonte de seu desenvolvimento, seu portador material. Essa unidade entre a doutrina revolucionária e a classe revolucionária de nossa época tem sua expressão fiel no partido marxista-leninista que Lênin definiu como a fusão da consciência socialista e do movimento operário.

Para ser fiel à essência da doutrina, o estudo do marxismo-leninismo deve, pois, unir estreitamente a prática à teoria. Ele seria deturpado e unilateral se se limitasse aos textos sem ligá-los à vida, à prática social: sem assimilar-se à realidade concreta do país, do Estado ou do município; sem combinar-se à aplicação do programa político da vanguarda comunista — e sem incorporar-se, através desta, na ação das massas organizadas.

A formação teórica e política do militante comunista deve ser, pela, o produto harmônico do estudo e da assimilação da teoria — e, ao mesmo tempo, de sua atividade prática e criadora, como combatente avançado que tras às massas trabalhadoras um programa de ação, a concepção científica da justiça de sua solução e de seus caminhos e a experiência de sua organização de vanguarda. O estudo da teoria deve, em consequência, visar a essa ligação e a essa unidade.

Assim, por exemplo, o estudo da Filosofia marxista deve levar-nos à análise materialista de nossa sociedade, ao conhecimento de nossa base econômica e de nossa superestrutura — e de suas contradições fundamentais. Deve ajudar-nos a compreender a base científica e o caráter revolucionário de nossa orientação política, definida nas Teses para Discussão e nas Resoluções Políticas de 1960 e 1962.

Assim, por exemplo, o estudo da Economia Política pode e deve combinar o conhecimento das origens das etapas das contradições e da inevitável substituição do regime capitalista — com as peculiaridades da exploração capitalista em países subdesenvolvidos como o nosso, as formas de propriedade dominante (o latifúndio e os monopólios estrangeiros), o caráter inadivél das reformas de estrutura e o sentido de nossa luta de massas contra a política de conciliação e por um governo nacionalista e democrático. Combinar-se-iam, assim, o Manual de Economia Política, Salário, Preço e Lucro e Trabalho Assalariado e Capital (Editorial Vitória); e

— III —

alguns dos trabalhos existentes sobre a economia brasileira: Capitais Estrangeiros no Brasil, de Aristóteles Moura; História Econômica do Brasil de Caio Prado Júnior; além dos estudos publicados em Problemas da Paz e do Socialismo (n. 2, 1963) e em Estudos Sociais.

É também necessário levar em conta que o interesse pelo estudo do marxismo-leninismo já não se restringe às fileiras do movimento comunista. O socialismo abre hoje os caminhos do Cosmos e as portas da sociedade comunista sem classes e sua força de atração desperta e estimula uma curiosidade ampla e crescente por nossos objetivos e por nossa ciência social. Daí, a procura cada vez mais intensa e particularmente nos meios juvenis e no conjunto da intelectualidade, por tudo que, pelo menos aparentemente, está ligado à nossa atividade e à nossa teoria.

A experiência mostra, porém, que por fatores diversos — o primeiro dos quais são as limitações de nossa propaganda e de nosso esforço editorial — uma ponderável parte dessas leituras tenta o contato com o marxismo-leninismo através de autores não-marxistas e de supostos intérpretes do marxismo. São, em geral, pensadores que na vida social assumem muitas vezes posições idênticas às dos comunistas; que aceitam, muitas vezes, elementos substanciais de nossa doutrina — mas que, no mesmo tempo, deformam sua essência de classe, seu conteúdo científico e seu caráter revolucionário. É o caso, entre outros, de Eric Fromm, Sartre, o reverendo Caives, Henri Lefebvre (nos últimos tempos), Lucien Goldmann, Merleau Ponty. Sob a influência crescente da classe operária, em nosso País — e do sistema socialista, no plano internacional — boa parte desses leitores incorpora-se às fileiras comunistas. Trazem, porém, quase todos, em sua formação inicial, uma visão deformada da teoria e da prática do marxismo-leninismo — e, em particular, da necessidade objetiva, dos princípios, do caráter de dirigente coletivo e do papel do partido político revolucionário da classe operária.

Isso põe mais ainda em relevo a necessidade imperiosa de um esforço maior e mais amplo de propaganda do marxismo-leninismo; e de uma política editorial que assegure o estímulo e o acesso às fontes originais de nossa doutrina — e, com elas, à sua autenticidade, à sua força de teoria social a serviço das massas trabalhadoras e do desenvolvimento da economia, da liberdade e da cultura, a seu humanismo, a seu caráter essencialmente emancipador e revolucionário.

nr romance

Um Dia na Vida de Ivã Denisovitch

Alexandr Soljenitsin
Tradução de B. Albuquerque

Descerem novamente à sala de máquinas. Todos os homens se haviam sentado em volta da estufa. Somente o capitão da marinha e Fetiukov continuavam carregando areia. Pavlov enfureceu-se. Enviou oito homens para fazer subir os blocos como haviam pensado; mandou dois jogarem cimento no caixote e removê-lo, com a areia, para lugar bem seco. Este que fosse buscar água, aquele, carvão... E Kilgas disse aos seus:

— Vamos, rapazes. Vamos acabar as caixas.

— E se eu lhes desse uma moedinha? — perguntou Shukhov, pedindo ele mesmo trabalho a Pavlov.

— Está bem — assentiu Pavlov.

Trouzeram uma caldeira para derreter a neve e fazer a argamassa. Alguém ouviu dizer que já era meio-dia.

— Claro que é meio-dia — afirmou também Shukhov. — O sol está a pino.

— Sim, está a pino, — replicou o capitão — não é meio-dia, mas sim uma hora.

— Como pode ser isso? — surpreendeu-se Shukhov. — Até mesmo avós sabem que quando o sol está em seu ponto mais alto é meio-dia.

— Isso era para os avós! — atalhou o capitão da marinha. — Mas depois saiu um decreto e quando o sol está a pino é uma hora da tarde.

— E de quem é esse decreto?

— Do Poder Soviético!

O capitão afastou-se com suas caixas. Embora Shukhov não tivesse o propósito de discutir, seria possível que também o sol se submetesse aos decretos?

Ainda continuaram martelando por algum tempo, e

finalmente deixaram prontas quatro caixas para argamassa.

— Bem, vamos sentar um pouco perto da estufa — disse Pavlov aos dois pedreiros. — E você, Senka, suba também com eles depois de comer. Sentem-se.

E sentaram-se junto à estufa, já com pleno direito. De qualquer forma, antes da comida era inútil comer. Nem se podia fazer a argamassa porque congelaria.

O carvão ardera bem e agora a estufa desprendia um calor permanente. Embora só se sentisse perto dela. No resto da sala fazia tanto frio quanto antes.

Tiraram as luvas e começaram as quatro a mexer as mãos perto do fogo.

O que jamais se deve colocar junto ao fogo são os pés calçados. Muita atenção! Se são botas comuns, o couro rachar; se são de feltro, umedece, começam a apalmar vapor e não aquecem ninguém. Além disso se as apalmar demais, elas se queimam. E então tem-se de passar, com elas esburacadas, até a primavera, porque não dão outras a ninguém.

— Shukhov — que se pode invejar — disse Kilgas, brincando. — Shukhov, meu amigo, já está com um pé em casa, como aquele que fala.

— Sim, esse descalço — alguém acrescentou, e todos começaram a rir porque Shukhov descalçara a bota esquerda, remendadas; e estava esquentando a meia.

— Está terminando a pena de Shukhov.

Tinham aplicado vinte e cinco anos a Kilgas. Anteriormente houvera uma época de sorte em que aplicavam dez anos a todo mundo. Mas, a partir de quarenta e nove, começou outra partida: vinte e cinco anos para todos, fosse porque fosse. Dez anos ainda se pode resistir sem morrer; mas vinte e cinco... Seja quem for!

No fundo, Shukhov sentia-se satisfeito com que todos falem de que logo termina sua sentença, embora não esteja convencido disso. Basta ver os que terminaram a condenação durante a guerra: todos foram retidos nos campos até nova ordem, até quarenta e seis. De forma que quem estava condenado a três anos, por exemplo, foi aumentado assim de mais cinco. A lei é uma coisa muito elástica. Quando terminaram essas dez anos, podem perfeitamente aplicar-lhe outros tantos. Ou deportá-lo.

Entretanto há vezes em que se fica surpreso ao pensar: termina a sentença, e o nóvelo chega ao seu fim... Benzhori Ver-se livre! Saír do campo por seus próprios pés!...

É claro que não fica bem falar dessas coisas em voz alta a um homem que tem tantos anos de campos. Por isso Shukhov diz a Kilgas:

— Não contes os teus vinte e cinco. Porque fazer cálculos agora sobre se os cumprirá ou não os cumprirá é como querer tapar o sol com a peneira. O que sei é que já tenho oito cumpridos.

Com esta vida que se leva, fozando o chão, nem sequer sobre tempo para se pensar como se chegou ao campo ou como se sairá dele.

Segundo o processo, Shukhov está no campo por alta tração. E é próprio declarar que, efetivamente, se entregara como prisioneiro com o propósito de traír a pátria e que voltou do cativello cumprindo uma missão do serviço de espionagem alemão. Como nem Shukhov nem quem realizava a investigação fossem capazes de inventar algo de concreto, ficou assim simplesmente: uma missão.

O raciocínio que Shukhov fizera era muito simples. Se não o assino, vou para a cová; se o assino, ainda posso viver um pouco. E assino.

Na realidade, acontecera-lhe o seguinte. Em fevereiro de quarenta e dois, todo seu exército foi cercado na Frente Nordeste. Nem lhes jogavam comida os aviões nem viram nenhum avião. Tinham chegado ao extremo de rasparem os cascos dos cavalos mortos, punham de molho essas raspagens e as comiam. Tampouco tinham com que atrair. E assim os alemães foram cagando-o pouco a pouco pelos bosques. Pois bem, em um desses grupos Shukhov passou prisioneiro um par de dias, ali mesmo, nos bosques, até que fugiu com outros quatro. Foram abrindo caminho pelos bosques e pelos pantanos até que, milagrosamente, chegaram à linha soviética. Só que dois deles foram caçados por uma rajada de fuzil automático, outro morreu em consequência das feridas e somente dois chegaram até o fim. Se fossem mais espertos ter-lhes-lha ocorrido dizer que tinham andado pelos bosques e nada lhes teria acontecido. Mas falaram a verdade: que tinham sido feitos prisioneiros e depois fugiram. Prisioneiros? Ah, seus filhos...! Se os cinco tivessem sobrevivido talvez tivessem podido confrontar suas declarações e tivessem acreditado nelas. Mas os dois sobreviventes, nem era preciso falar: os canchais tinham arranjado essa história de fuga e nada mais.

Em sua surdez, Senka Klevzhin ouviu algo em que se falava de fuga. E disse em voz alta:

— Três vezes eu fugi quando estava prisioneiro. E as três vezes me agarraram.

Senka é um santo, está quase sempre calado: como não ouvir tampouco intervir nas conversas. Por isso os outros não sabem muita coisa a seu respeito. Só que esteve em Buchwald e que fazia parte da organização clandestina que introduzira armas no campo e que os alemães o dependuravam com os braços para trás e o espanavam.

— Já tens oito anos, Vanja; mas, em que tipo de campos? — objetou Kilgas. Nos campos de comuna. Inclusive andavas com mulheres. E não tinhas um número. Mas, quem agüenta oito em um de trabalhos forçados! Ningüém agüentou ainda.

— Com mulheres, daí!... Com troncos e graxas... Shukhov cravou o olho na labareda da estufa e recorda os sete anos passados no norte. Três anos carregando madeira de embalagem e dormentes. E a fogueira, com a labareda movendo como esta no setor de corte. E de corte noturno! Porque o chefe que tinham obrigava a equipe que não cumprira a quota do dia a permanecer no bosque à noite.

Chegavam quase a rastos ao campo à meia-noite e, de manhã, outra vez para a floresta!

— Nada disso amigos... Parece-me que aqui se está mais tranqüilo — sussurrou. Aqui, chegada a hora, termina o trabalho. Que se tenha ou não cumprido a quota, para o campo! Além disso, a ração fixa é de cem gramas a mais. Aqui se pode viver. E que o campo seja tudo o que queres de especial. Os números? Molestam alguma coisa? Pesam?!

— Mais calma, te digo! — resfolegou Fetiukov (como se aproximava a hora de comer, todos tinham-se aproximado à volta da estufa). E degolam a gente no catre! Valente tranqüilidade!

— A gente não, mas os delatores — corrigiu-o Pavlov, levantando um dedo e com ele ameaçando Fetiukov.

Efetivamente o que começara a acontecer no campo era novo. Dois delatores que todo mundo conhecia como tais foram degolados no próprio catre, antes da alvorada. E, depois, outro prisioneiro que não tinha culpa alguma: talvez se confundissem de mochila. E outro alçagete apresentou-se no mesmo dia ao chefe do BUIS para que o econdessem ali, no cárcere de pedra. Coula mais para?... (Continua)

Encontro Sindical de Duque de Caxias

Ampliando e defendendo os interesses imediatos para os problemas municipais de Administração, Educação e Saúde; lutando contra a especulação e a especulação, contra as manobras que visam tirar as liberdades constitucionais e defendendo as exigências populares pelas reformas de base, será realizado, durante os dias 23, 24 e 25 próximos, o Primeiro Encontro Sindical dos Trabalhadores de Duque de Caxias.

Os Sindicatos de Duque de Caxias, através do Conselho Sindical, convocam todos os trabalhadores a se unirem em torno de suas entidades, participando do Encontro que tratará, através de suas diversas comissões, de problemas trabalhistas, de previdência social, de problemas municipais, estaduais e municipais, firmando posição por melhores condições de vida.

COMISSÕES

Quatro comissões apreciarão o tema e a política a ser defendida pelos trabalhadores de Duque de Caxias no Congresso Estadual dos Trabalhadores: I Comissão de Problemas Trabalhistas; a — salário mínimo, b — desemprego, c — sindicalização rural, d — unidade sindical, e — aplicação da legislação trabalhista; II — Previdência Social; a — assistência médica, b — aplicação dos fun-

dos da previdência, e — moradia; III — Problemas Nacionais; a — reformas agrária e outras reformas, b — liberdades democráticas, c — política externa e luta anti-imperialista, d — plano trienal e custo de vida, e — encampação das empresas estrangeiras de serviços públicos, das refinarias particulares e da indústria petroquímica; IV — Problemas Estaduais; a — Defesa da Companhia Nacional de Alcaali e Volta Redonda, b — problema agrário do Estado; V — Problemas do Município; a — problema agrário, b — defesa da FNM, c — ensino, d — administração, e — posição dos trabalhadores na sociedade de Duque de

Caxias. O trabalho das comissões virará a melhoria de condições de vida, a revisão imediata dos salários, o respeito à execução da Lei da Previdência Social, a regulamentação e cumprimento imediato do Estatuto do Trabalhador Rural, a sindicalização dos trabalhadores agrícolas e funcionários públicos, a execução da Lei de Remessa de Lucros, a defesa e ampliação do monopólio estatal, em particular da Petrobrás, FINE, Siderúrgica Nacional e Fábrica Nacional de Alcaali.

PROGRAMA

O programa do Congresso marca, para o dia vinte e três, a instalação, às nove

horas, a constituição das diversas comissões e distribuição das teses da tarde, com imediata reunião, às quinze horas e primeira sessão plenária das comissões, às dezesseis horas; para o dia vinte e quatro, sessões de comissões, às nove e quinze horas, e sessão plenária geral às dezesseis horas; para o dia vinte e cinco, sessões das comissões, às nove horas, sessão plenária final com aprovação das teses e resoluções, às quinze horas, e encerramento solene, às vinte horas. O Congresso marcará o ano do vigésimo aniversário de emancipação do município de Duque de Caxias.

MARCO ANA EM NITERÓI

Continuando a série de palestras que realiza em nosso país o poeta Marco Ana — embaixador das artes plásticas — dirigiu-se aos trabalhadores iluministas no Sindicato dos Rodoviários, em Niterói, no dia 7.

O poeta, que traz com suas palavras toda uma vida de lutas contra o franquismo, que se combatia nas ruas quando viveu e com suas vozes no cárcere, onde permaneceu durante 23 anos, está levando aos trabalhadores de todo o mundo suas palavras de luta em defesa do povo espanhol. Afirmando que se nascesse mil vezes, mil vezes se dedicaria à grande causa de liberdade do meu povo e da paz mundial, o poeta pediu aos trabalhadores de Niterói que se unissem a cada dia denunciarem a ditadura de Franco, que suprime os mínimos direitos do homem. Na foto, aspecto da conferência.



MARILIA: GREVE CAMPONESA

Seis dias de greve, quando 50 famílias de camponeses paralisaram os trabalhos da Fazenda Santa Antonieta em Marília (SP), foram o suficiente para levar os patrões a atenderem as reivindicações dos lavradores.

Coordenados pela Associação de Lavradores de Marília, os homens do campo insurgiram-se contra a obrigatoriedade de comprar fubá na dispensa da fazenda — uma espécie de cambão —, exigiram o pagamento dos salários sem descontos, além de lutarem pela diminuição das horas de trabalho. Fracassados os entendimentos com o fazendeiro, que manteve-se intransigente, os lavradores decidiram paralisar a lavoura. A greve durou uma semana, depois do que o fazendeiro cedeu em todos os pontos, concedendo inclusive licença aos lavradores para que dispusessem de tempo para as compras na cidade.

A greve dos lavradores de Marília, revela o avanço da organização do homem do campo que, organizado em associações e sindicatos, recorre às greves para conseguir aquele mínimo vital para sobreviver. Na foto, um grupo de grevistas, quando foram a Marília assistir a assinatura do acordo entre os lavradores e o fazendeiro.

Sindicato Dos Metalúrgicos de São Paulo - Dois Anos de Trabalho, Dedicção e Luta em Defesa Dos Interesses Dos Trabalhadores

Aproximando-se o fim de seu mandato, a diretoria do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO PAULO orgulha-se de poder apresentar, de público, esta sucinta prestação de contas do trabalho realizado em sua gestão.

SEMPRE OS INTERESSES DOS TRABALHADORES

Em nossa atividade procuramos nos guiar, sempre, pelos interesses dos metalúrgicos e dos trabalhadores em geral. Estamos certos de jamais haveremos vacilado, perante os patrões e as autoridades, na defesa desses interesses. Nas horas de luta, não nos intimidamos, procuramos desempenhar o nosso papel. Enfrentamos, juntamente com o proletariado paulista, as pressões, os espancamentos, o sêco policial realizado à nossa sede social por ocasião da memorável greve pelo abono de Natal. Nas greves por aumento de salários e nas inúmeras paralisações efetuadas nas empresas em defesa dos direitos dos trabalhadores, estivemos presentes, estimulando e orientando a coletividade metalúrgica.

VITÓRIAS

Os trabalhadores obtiveram várias vitórias em suas

lutas, para as quais demos a nossa parcela de contribuição. Conquista importante foi a do abono de Natal, convertido em lei. Os metalúrgicos conquistaram reajustamentos salariais, inclusive com o direito a revisão dentro de 6 meses. A lei orgânica de previdência social; aposentadoria sem limite de idade; revisão do salário mínimo; lei de homologação para empregado com um ano ou mais de casa foram outros dos muitos êxitos dos trabalhadores.

MELHOR ORGANIZAÇÃO

"A união e a organização fazem a força". Continuando o programa de diretorias anteriores, tratamos de reforçar a organização de nosso setor. O sindicato foi fortalecido com milhares de novos sócios. Levamos o sindicato para mais perto do operariado com a criação ou ampliação das subseções nos bairros: Osasco, Guarulhos, Lapa, Ipiranga, Santo Amaro.

COLÔNIAS DE FÉRIAS

Vencendo o ceticismo de muitos, arregaçamos as mangas e demos início à obra da Colônia de Férias, velha aspiração do metalúrgico. Localizada na Praia Grande, no lado da Cidade Ocian, o prédio da Colônia de Férias terá 17 andares,

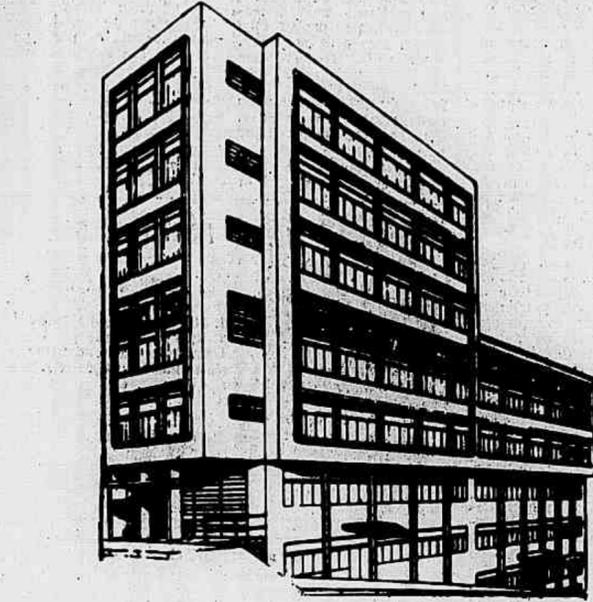


Embora jovem, Afonso Delella já é estérano nas lutas sindicais, participando há vários anos da direção sindical dos metalúrgicos. Merecedor, por seu passado de lutas, da intima confiança da categoria, foi escolhido para encabeçar a Chapa 1.

com 252 apartamentos, de acordo com o projeto do renomado arquiteto João Vilanova Artigas. Comportará 1.000 hóspedes permanentes e 500 de fim de semana.

ÊXITO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO

Redobramos as atividades do nosso Departamento Jurídico, composto de profissionais competentes e dedi-



Na foto vê-se o prédio próprio da sede dos metalúrgicos de São Paulo, quartel-general dos trabalhadores e palco de tantas batalhas nacionalistas.

cados. Ao contrário do que associam os estérnos divisionistas, aumentou em mu-

to o valor dos processos ganhos, como se poderá observar pelo quadro abaixo:

	Em 1961	Em 1962
Consultas Jurídicas	135 000	212 000
Processos Abertos	3 200	2 905
Processos Julgados Procedentes e Liquidados	2 116	2 417
Consultas Justiça Comum	41 100	53 300
Processos de Acidentes do Trabalho Liquidados	406	480
Processos de Aposentadoria Liquidados	312	1 600
Processos Liquidados no Sindicato	1 310	1 500
Valor dos Processos Ganhos		
Na Justiça do Trabalho	318 milhões	912 milhões
Na Justiça Comum	74 milhões	116 milhões
Na Previdência Social	35 milhões	215 milhões
Dissídios Coletivos	300 milhões	600 milhões

AMPLIADA A ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Clínica Médica atendeu, em 1960, a 37.304 associações; em 1961-62 atendeu a 81.785, apresentando o saldo de 53.710 consultas a mais. Esses números desmentem as calúnias dos inimigos dos trabalhadores. Com uma equipe de homens e mulheres abnegados, o Departamento Médico avançou também em outros setores:

	1960	1961/62	Saldo
Intervenções Cirúrgicas:			
Hospital	285	990	705
Ambulatório	277	878	601
Análises Clínicas	3 448	14 631	11 183
Radiografias	873	4 283	3 410
Radioscopias Pulmonares	493	2 126	1 633
Radioterapia	316	316	316
Aplicação de Injeções	17 691	62 791	45 100
Curativos	2 827	9 689	7 182
Termoterapia	3 184	10 061	6 877
Fototerapia	1 334	3 272	1 938
Eletrototerapia	1 334	3 272	1 938
Inalações (Aerosoloterapia)	303	1 612	1 309
Recetas Avulsas:			
Associados	35 566	93 526	57 960
Beneficiários	28 496	68 304	41 808
Laudos de Saúde	109	539	430



O veterano combatente metalúrgico Remo Forti, que agora deixa a Presidência do Sindicato, cargo que ocupou por vários anos, passando a servir a categoria em outro posto de honra.

Agradecemos a colaboração prestada a esta diretoria por todos os funcionários do sindicato. Saudamos os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo cuja confiança em nós foi bem demonstrada pela escolha de muitos membros desta diretoria para integrar a Chapa 1, que será, uma vez

TUDO GRINGO

"Aquí, no Piauí, tudo é gringo: cinema, chocolate, transportes, electricidade" — tudo é gringo, diz o leitor Francisco de Sousa, de Farnalim, no Piauí.

"A preciso falar também — diz — dos salários. Salários de fome que imperam em minha terra (300 cruzeiros por dia — mais ou menos 9 mil por mês). Para que serve, este dinheiro, quando sabemos que um quilo de peixe custa 300 cruzeiros, a carne mais de 400, frutas e verduras estão pela hora da morte? E quem ganha assim são os trabalhadores. Camponês, quando recebe muito ganha 3 mil cruzeiros por mês.

"Quando eu posso, na minha luta contra os gringos norte-americanos que exploram meu País, recomendo aos meus amigos que boicotem tudo que é deles. Tudo, e que se organizem para lutar contra os nossos exploradores. Estou convencido de que se expulsarmos os gringos do Piauí e do Brasil, as coisas vão melhorar para o nosso povo".

DIAS NEGROS

"O nosso pequenino Rio Grande do Norte está atravessando os dias mais negros de toda a sua história política. Estamos vivendo sob uma verdadeira ditadura, comandada pelo titere de Lincoln Gordon, o governador Aluisio Alves.

"Para que se tenha uma idéia da situação, veja-se o seguinte quadro: estudantes de Direito são surrados em plena via pública, em 1961; recentemente, os operários da construção civil passaram os piores momentos porque pleiteavam melhores salários; a sede do sindicato foi cercada pela polícia e o governador, pessoalmente, mandou derrubar os muros da Faculdade de Filosofia, porque a instituição não se curvou aos seus caprichos.

"Eis, em poucas linhas, o governo do lacaio da Allença. Aluisio hoje identifica-se com Lacerda e Ademar na repressão às legítimas lutas e manifestações do povo". Fazendo essa denúncia, o leitor Salatiel Pereira da Costa, de Natal, revela em sua carta o outro lado da situação. Toma como exemplo o prefeito de Natal, Djalma Maranhão, apontando algumas de suas realizações administrativas: Centro de Formação de Professores, Mercado, Estação Rodoviária, Palácio dos Esportes, luta contra o analfabetismo (campanha), telefones públicos, etc.

FALANDO PELO TRABALHADOR

"Eu e meu povo, diz o leitor Antônio Babata, de Brasília, gostaríamos que V. Exa. fôsse empossado porque assim, estamos certos, teríamos uma voz a defender os nossos direitos no Parlamento".

A referência é ao deputado paulista Luis Tenório de Lima, eleito e ainda não empossado, de quem o leitor lê um discurso e nos pede para transcrever o seguinte trecho: "Não podem falar em nome dos trabalhadores, aqueles que aplaudem o governo, este governo que aumenta os preços de tudo e nada faz para conter o custo de vida".

INVENTOR

O leitor Miguel Espinel Boza, de Tupã, São Paulo, que se afirma ter inventado motor de automóvel que não necessita gasolina para funcionar, escreve-nos protestando contra as autoridades às quais se dirigiu expondo sua invenção. Afirmamos que não deram a mínima atenção ao seu apelo para que examinassem o invento.

CRÍTICA

José Paes, leitor de Campinas do Monte Alegre, escreve-nos para emitir a campanha que vem sendo levada a cabo pelo deputado Leonel Brizola, denunciando os privilégios que são concedidos ao grupo dos "Diários Associados". Na mesma crítica-nos por, segundo ele, não termos dado cobertura às denúncias do parlamentar gaúcho. Não é justa a observação. Fizemos-o, e mais de uma vez. Inclusive reproduzimos largos trechos de palestras do ex-governador gaúcho, pronunciadas no rádio e na televisão.

DEMONIA E APOIO

"No momento em que conhecidos escribas e agentes do imperialismo, cevados no dólar sujo do IBAD tentam desmoralizar o Movimento Nacionalista, na pessoa do deputado Brizola, nós, nacionalistas de Centenário do Sul, sentimos nos no dever de manifestar nossa solidariedade com o referido parlamentar que os inimigos da Pátria tomaram como alvo central de sua odiosa campanha de insultos, calúnias e difamações.

"É bom que saibam os calmons, amorais natos, mata-mendigos e outros, que tais servçais do imperialismo que, neste interior, qualquer do povo — mesmo o camponês mais rudo — desde há muito já conhece de sobre a motivação da virulência com que investem contra aqueles que mais coerente e ativamente se colocam na defesa dos interesses nacionais".

A carta é assinada, entre outros, pelos seguintes: José Pedro Ribeiro de Lima, Laurindo da Costa Cavalcante, Sebastião Júlio da Costa, Regino Alves de Almeida e Juvenal José de Oliveira.

DAVID BARBUDO

E. Miranda, nosso leitor do Estado do Rio, envia-nos poesia sobre David Barbudo, recentemente assassinado naquele Estado. Eis algumas estrofes:

Lutava pela causa justa, com seus colegas lavradores. Não recebia ajuda de custo dos amigos trabalhadores.

Eles receberam castigo, pois nós sabemos dessa intriga. Isto que fizeram contigo, pagarão com a própria vida.

DEFUNTEIROS

N. Moraes, leitor de Maceló, Alagoas, escreve-nos poesia sobre o mata-mendigos. Eis-la:

No Estado da Guanabara Paga com a própria vida Quem sai a pedir comida Apoiado numa vara

O "Tranca-rua"... não quer Que se chegar um turista Logo à primeira vista Se apresente um esmoier

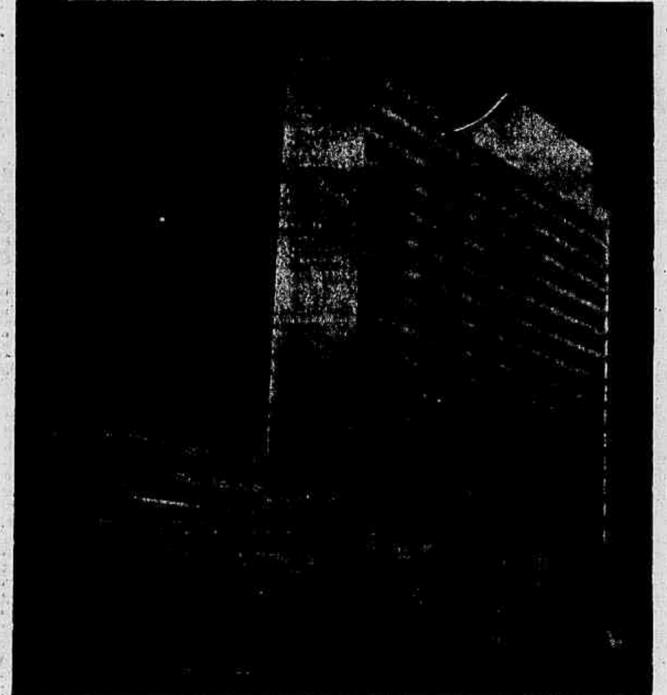
Por isso a turma da farda Tem que apanhar o mendigo Levam para o abrigo Dai, para o Rio da Guarda

Onde o coitado com fome Recebe muitas sevicias Além dessas "caricias" Bebendo água se some...



Charge do Leitor

J.M. (da Guanabara)



Velho sonho do metalúrgico de São Paulo, a Colônia de Férias vai, agora, transformar-se em realidade. Na foto, a maquete do belo e imponente edifício de 17 andares, a ser erguido no Praia Grande, de acordo com projeto do renomado arquiteto João Vilanova Artigas.

Metalúrgico! Para Que o Sindicato Continue Nas Mãos do Trabalhador, Nas Eleições de 19 a 22 de Agosto, Vote na Chapa 1!

Curitiba Comandou Jornada Paranaense Contra Carestia

CURITIBA (Da sucursal) — No Paraná, tanto nesta capital como em vários de seus municípios, foi coroada de pleno êxito a Semana Nacional de Protesto Contra a Carestia e Pelas Reformas de Base.

Nas ruas e praças de Curitiba, a partir do dia 1, foram as palavras de ordem: "Semana de Luta Contra a Carestia e Pelas Reformas: agrária, bancária, urbana". "Não compre no dia 7, Dia Nacional de Protesto" e outras frases. Durante toda a semana, carros com alto-falantes percorreram a cidade levando ao povo essas palavras de ordem e conciliando-o à luta; nas praças, diversos pequenos comícios foram realizados com a participação de populares, federações de trabalhadores, representações e estudantes (UPE e UPES), associações de donas de casa e do Centro Popular de Cultura.

Em Paranaguá, desde que foi publicado o Manifesto das Confederações e do COT, o Fórum Sindical de Debates programou debates nos diversos sindicatos e decidia permanecer em assembleia permanente, concentrando no Sindicato dos Carregadores e Ensecadores suas palestras de esclarecimento do povo.

Em Antonina, ainda por iniciativa do Fórum Sindical de Debates, foram realizadas palestras no mesmo sentido.

Milhares de volantes foram espalhados pela cidade de Ponta Grossa com o manifesto das confederações de trabalhadores convocando o povo a abster-se de comprar no dia 7. E em Londrina, a Associação das Donas de Casa, entidade recentemente criada, realizou várias palestras através das emissoras locais conclamando o povo a não comprar no Dia do Protesto; também nesta cidade houve comícios nos bairros e uma concentração de encerramento.

O DIA DO PROTESTO

Durante todo o dia 7, as casas comerciais de Curitiba, na sua quase totalidade, mantiveram suas portas fechadas, apesar dos apelos da Associação Comercial em contrário; os comerciantes disseram "temer depreciação", querendo com isto desvirtuar os objetivos pacíficos do movimento. Estimava-se que cerca de 80% das atividades normais da população foi paralisada, principalmente no comércio. Pela manhã e à tarde, alto-falantes volantes percorreram as ruas do centro e dos bairros da cidade conclamando o povo a participar do comício de protesto realizado às 18 horas daquele dia, na Praça Osório.

Uma apresentação do CPC do Paraná precedeu ao comício que contou com a presença de mais de duas mil pessoas e que teve como palanque um caminhão da UPE, já que as autoridades não o prestigiaram. Falaram na ocasião os arts. Ezequiel Oliveira da Rocha e Tristão Fernandes, em nome dos trabalhadores; Luis Arpad Driemel e Almir Reis, pela UPE e UPES, respectivamente; D. Mimi Batista, pela Associação das Donas de Casa; os deputados Almir Passos, Leon N. Barcelos e Paulo Poli; o sr. Mário do Passos, pelo COT; o pastor João de Deus, da Igreja Evangélica Brasileira; e, por fim, o universitário João César Nicolussi, vice-presidente da UNE.

Todos os oradores foram veementes ao apresentarem seu protesto contra a carestia de vida e ao exigir dos governantes medidas concretas, a começar por uma atitude firme contra os especuladores não admitindo qualquer aumento; acentuaram também com veemência a necessidade da urgente aprovação pelo Congresso das reformas de base, com a reforma agrária em primeiro lugar.

Em Paranaguá, Londrina, Ponta Grossa e outros municípios, o povo paranaense soube corresponder à convocação que lhe foi feita pelas federações e sindicatos de trabalhadores no sentido da repulsa aos aumentos vertiginosos no custo de vi-

das e da exigência da concretização imediata da reforma agrária. O povo, como aconteceu em Ponta Grossa, não compareceu às feiras e feiras nas lojas do centro da cidade, principalmente os pequenos comerciantes com a abstenção dos consumidores.

REPERCUSSÃO NOS LEGISLATIVOS

Nas Câmaras Estadual e Municipais e Dia do Protesto foi sentir seus efeitos. No Legislativo de Curitiba o vereador Arlindo Ribas de Oliveira apresentou requerimento que pedia a suspensão dos trabalhos da Casa naquele dia, a partir das 15 horas, em sinal de solidariedade ao movimento popular; disse que o Dia do Protesto era "uma justa manifestação de um povo oprimido contra os abutres do comércio e indústria que sugam a pátria".

Tarifas

A Semana de Protesto Contra a Carestia e Pelas Reformas de Base coincidiu com nova tentativa das empresas de transportes coletivos de aumentar as tarifas. Tendo havido ameaça de re-

tração dos ônibus de circulação caso até dia 8 não fosse concedido o aumento pleiteado (70%), novamente os sindicatos e federações, a UPE e a UPES e as associações de donas de casa convocaram o povo para uma grande manifestação defronte à Prefeitura, que foi preparada através da realização de pequenos comícios nas praças do centro da cidade, tendo estes contado com a participação do CPC.

Ao comício junto à Prefeitura, que contou com a presença de grande massa popular, compareceram não só as entidades que promovem o ato, mas também o Prefeito da cidade. Na ocasião, foram exigidas medidas concretas contra as empresas de transportes coletivos, inclusive a intervenção. O Prefeito, ante os protestos populares, prometeu não conceder nenhum aumento sem antes realizar um minucioso tombamento físico-contábil da escrita das empresas.

Com a firme posição dos trabalhadores, estudantes, donas de casa e outras camadas do povo, Curitiba, as empresas não puderam pôr em prática sua ameaça. Continuam as lutas do povo para impedir qualquer aumento antes de um estudo da escrita das empresas. Assim, a Semana de Protesto se prolonga em Curitiba.

Violas e violões

Não é uma simples estandarte, este fato: enquanto no Rio aparecia um livrinho intitulado "Viola de rua" (Editora Civilização Brasileira S.A.) com a dedicação "Poemas para a Liberdade", logo no término o ano de 1962, apareciam também em Natal um folheto bem modesto — como esses que se chamam no Nordeste literatura de cordel — com o título "Viola de rua". São bem diferentes em apresentação, no estilo, na organização do "Viola de rua", se bem que ambas possam usar a mesma definição: Poemas para a Liberdade. O de Natal — R. G. do Norte — emocionam-me. São os jovens poetas da terra, muitos deles, até então sem a menor definição política, que mais pareciam boêmios e românticos, vindo para a luta com firmeza através de seus versos.

Conheço bem e muito bem quem são esses jovens de Natal, que mantêm sempre uma juventude exuberante e um grande espírito criador, apesar da turbulência de seus gestos e atos. Quatro-lhes bem por tudo isso, um bem que aumentei agora com estas "Violas de rua" e cujo primeiro fascículo é dedicado assim: "Esta viola, estes versos/nascidos da coação, em homenagem entregamos/ a Djalma Maranhão/ Sua toada de luta/ rima com a nossa canção/ Reforma agrária nos campos/ Paz social nas cidades/ Nas mãos de todos despoite/ A rosa da liberdade".

Com a firme posição dos trabalhadores, estudantes, donas de casa e outras camadas do povo, Curitiba, as empresas não puderam pôr em prática sua ameaça. Continuam as lutas do povo para impedir qualquer aumento antes de um estudo da escrita das empresas. Assim, a Semana de Protesto se prolonga em Curitiba.

liberdade. (Parece que estou a ver a coroa de Djalma Maranhão inundada de alegria pelos "seus membros".)

Os jovens poetas de Natal usam "viola de rua" (estilo que o "Viola de rua" muito parecido com o título — apenas — do "Viola de rua") mantêm o ritmo dos cantadores nordestinos e se no primeiro — Nel Leandro canta as dores do trabalhador reinventado e copura em seu poema o homem brasileiro e perdido Brasil/ E o Sr. Carlos Guimarães dá-nos a história de três camponeses: "Al, o verde que se estende;/ e a terra, o milho, e a feijão, nascendo dos vossos braços/ Joaquim, José e João/ Sanderson Negreiros compõe uma "quase elegia" em memória de João Pedro Teixeira, camponês assassinado em São e Newton Navarro para ele e camponês se chama Pedro Maranhão: A chuva e sol engulfa, a terra o rio tomou/ sua rosa, suas corações, seu vigário carregou".

Pode falar ainda mais desse encontro maravilhoso dos poetas com o povo aqui, ali, em toda parte brasileira. Deixo encontrar e dessa descoberta aparecem modestos, bucólicos, simples, duas violas de rua do Rio Grande do Norte: "Viola de rua", já com dois números publicados.

NOTA: De "Viola de rua" já está nas livrarias e terceiro livro.

edições paz e socialismo

O que há de mais útil, atual e oportuno nos folhetos: A força do comunismo está em sua unidade Cr\$ 150,00 O leninismo em ação Cr\$ 250,00 Pela independência nacional Cr\$ 350,00 A estrutura da classe operária dos países capitalistas Cr\$ 450,00 Em espanhol e francês. Atende-se pelo Reembolso. Pedidos e valores em nome de H. Cordelro, rua da Assembleia, 34, salas 204 e 304, Rio (GB).

LIVROS MARXISTAS?

Se você deseja adquirir livros marxistas e nacionalistas em português, escreva-nos, com demanda, solicitando catálogo. Temos tudo e que aparece de melhor. Cartas para: Agência Intercâmbio Cultural — Rua 15 de Novembro, 228 - 2.º - 1309 São Paulo

Trabalhadores do Recife a Jango

Sindicatos Rurais: Organização e Reconhecimento

Ainda relacionada com a questão da organização e reconhecimento dos sindicatos rurais, o Ministro do Trabalho baixou a seguinte portaria:

PORTARIA DE 17 DE JUNHO DE 1963

O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social, usando das atribuições que lhe confere, resolve:

N.º 346 — Aprovar as seguintes instruções referentes à organização e reconhecimento das entidades sindicais rurais:

CAPÍTULO I

Art. 1.º Os Sindicatos Rurais terão por fim o estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos dos profissionais de todos os que, como empregados, ou empregadores, exercem atividades ou profissão rural.

§ 1.º O órgão competente, o Ministro do Trabalho e Previdência Social reconhecerá a existência legal de Sindicato que venha a concentrar mais de uma categoria profissional prevista no quadro, desde que tal fato seja aconselhável.

§ 2.º Sempre que recomendável, a pedido dos interessados, ouvida a Comissão competente, o Ministro do Trabalho e Previdência Social poderá determinar seja feita a dissociação de categorias, obedecido o quadro de atividades e profissões rurais.

Art. 2.º Os processos de reconhecimento de Sindicatos Rurais serão distribuídos a Relatores do DNT, e, se o volume de processos o exigir, a Relatores escolhidos noutros órgãos, todos designados por Portaria Ministerial, sendo os pareceres conclusivos.

Parágrafo único. A partir da data do pedido de reconhecimento ao MTPS, o Sindicato fica investido nas prerrogativas do art. 115 e seu parágrafo único e obrigado aos deveres do artigo 116.

Art. 3.º Sempre que não se configurar motivos especiais, a juízo do Ministro do Trabalho e

Previdência Social, os Sindicatos terão base territorial de âmbito Municipal.

§ 1.º O Ministro do Trabalho e Previdência Social, havendo razões, poderá ampliar a mencionada base, ou reduzi-la.

§ 2.º Dentro de sua base territorial o Sindicato poderá instituir delegacias ou seções, para melhor proteção aos seus associados.

Art. 4.º Para se constituir em sindicatos profissionais rurais deverão reunir um número mínimo de 50 (cinquenta) trabalhadores, que elegem uma Diretoria provisória, e, no prazo de 2 (dois) anos da data do seu reconhecimento, atingir um número mínimo de 200 (duzentos) sindicalizados.

Art. 5.º Não será reconhecido mais de um sindicato representativo de categoria econômica ou profissional em uma dada base territorial.

Parágrafo único. Na hipótese do Sindicato possuir uma base territorial abrangendo mais de um município, os associados de qualquer deles poderão requerer a dissociação, constituindo novo sindicato, desde que preencham as condições e exigências estabelecidas nestas instruções.

Art. 6.º O prazo de mandatos dos diretores não poderá exceder de três anos, a partir da data de sua eleição, e as Diretorias compostas por ocasião de fundação de Sindicato terão o mandato de dois anos a contar da data da expedição de sua carta sindical.

CAPÍTULO II

Do reconhecimento dos Sindicatos Rurais

Art. 7.º O pedido de reconhecimento será dirigido ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, instruído com os seguintes documentos, que comprovem o cumprimento das exigências do art. 120, Capítulo II, do Estatuto do Trabalhador Rural, e art. 117 e seu parágrafo único, do mesmo Estatuto:

1) Requerimento ao Ministro do Trabalho e Previdência Social firmado pelo Presidente.

2) 3 (três) cópias autênticas da Ata que deliberou pleitear o reconhecimento, assinada pelo Presidente, na qual se comprovem atendidas as exigências legais.

3) Relação nominal dos fundadores, na qual conste nome, idade, estado civil e profissão.

Art. 8.º Os processos de solicitação de investitura sindical, deverão ser encaminhados nos Estados, através das Delegacias Regionais do Trabalho, para que as mesmas registrem seu processo, ou a órgãos que o Ministro do Trabalho designar, conforme disposto no art. 2.º

Art. 9.º Sempre que se mostrar necessário serão determinadas diligências locais realizadas pelas Delegacias Regionais ou por órgãos designados pelo Ministro do Trabalho, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO III

Do reconhecimento dos Sindicatos Rurais e de Empregadores

Art. 10.º O disposto no capítulo anterior é extensivo, no que for aplicável, à organização e ao reconhecimento dos Sindicatos Rurais de empregadores, observadas as seguintes regras especiais:

1) O Sindicato, para ser fundado, deverá congregiar um número de 20 (vinte) empregadores, e, dentro de dois anos de sua fundação, atingir a um número de 50 (cinquenta) filiados de sua categoria.

2) Prova de exercício de atividade empresarial mediante registro da propriedade rural no Ministério da Agricultura ou Secretaria de Agricultura do Estado, ou instrumento de contrato que comprove plenamente a exploração de empreendimento econômico de natureza rural.

3) Prova de quitação ou isenção do Imposto de Renda.

4) Prova de quitação do Imposto Territorial e certidões ne-

gativas, federais, estaduais e municipais.

5) Prova de quitação das taxas do Serviço Social Rural.

CAPÍTULO IV

Das Associações Sindicais Rurais de Grau Superior

Art. 11. Constituem associações de grau superior as Federações e as Confederações, organizadas de acordo com a Lei n.º 4214, de 2-3-61.

§ 1.º Para as Federações rurais, salvo motivos especiais a juízo do Ministro do Trabalho e Previdência Social, será de rigor o base estadual.

§ 2.º As Confederações serão sempre de âmbito nacional.

Art. 12. Para se organizarem em Federações, jangue necessário um número não inferior a cinco Sindicatos representativos das respectivas categorias.

§ 1.º As Federações coordenarão os interesses gerais dos sindicatos filiados, cabendo-lhes ainda, nos Municípios integrantes de sua base territorial, a representação das categorias não organizadas, nas convenções coletivas e nos dissídios coletivos de trabalho.

§ 2.º A carta de reconhecimento das Federações será expedida pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, nela sendo especificada a coordenação das atividades ou profissões conferidas e mencionada a base territorial outorgada.

§ 3.º Ao processo de reconhecimento das Federações aplicar-se-á, no que for cabível, as regras de reconhecimento de sindicatos rurais e, subsidiariamente as normas da Consolidação das Leis do Trabalho, observado o disposto no E. T. R.

§ 4.º A Administração das Federações será exercida pelos seguintes órgãos:

- 1) Diretoria;
- 2) Conselho de Representantes;
- 3) Conselho Fiscal.

§ 5.º A Diretoria será constituída no mínimo de 3 (três) membros e de 3 (três) se comporá o Conselho Fiscal, os quais serão eleitos pelo Conselho de Representantes com mandato de 3 (três) anos.

§ 6.º O Conselho de Representantes será constituído pelas delegações dos sindicatos filiados, na forma prevista nos Estatutos, cabendo um voto a cada Delegação.

Art. 13. As confederações serão em número de duas: Confederação Nacional de Agricultura e Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura, constituídas de, pelo menos 3 (três) federações, respectivamente.

§ 1.º O reconhecimento de Confederação será feito por decreto do Presidente da República.

§ 2.º Para a constituição e administração das Confederações serão observadas, no que for aplicável, as normas que regem as federações.

Art. 14. O desligamento de qualquer entidade filiada a uma federação ou confederação só se poderá efetuar mediante prévio pronunciamento da respectiva assembleia geral, pela maioria dos associados inscritos, subordinada a decisão à homologação pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 15. De todo o ato lesivo de direito ou contrário à lei e normas administrativas vigentes, emanado da Diretoria, do Conselho de Representantes ou da Assembleia Geral da entidade sindical, poderá qualquer associado recorrer dentro de 30 (trinta) dias para a autoridade competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 16. As entidades sindicais rurais apresentarão, para efeito de registro, até 30 de junho de cada ano, à apreciação do Ministério do Trabalho e Pre-

vidência Social seu orçamento de receita e despesas para o exercício financeiro seguinte, que coincidirá com o ano civil.

Parágrafo único. O orçamento será acompanhado de relatório sucinto, do qual deverão constar as principais ocorrências verificadas, as alterações do Quadro Social, e a demonstração da execução orçamentária do exercício findo.

Art. 17. As Delegacias Regionais do Trabalho verificarão periodicamente se os associados do sindicato continuam na condição de trabalhadores ou empregadores rurais e bem assim, a qualquer tempo, quanto à autenticidade da relação dos associados, providenciando a responsabilidade criminal dos implicados no caso de ser apurada declaração falsa.

Art. 18. As entidades sindicais é vedado o exercício de atividade político-partidária, religiosa e econômica, podendo promover a criação de cooperativas autônomas.

Art. 19. Terão existência legal assegurada as entidades sindicais reconhecidas ou cujos processos tenham sido encaminhados na vigência da Portaria n.º 335-A, de 1962.

§ 1.º As entidades sindicais, com carta expedida até a presente data, têm o prazo de 6 (seis) meses para requerer a apostila da Carta Sindical, para efeito de firmar os limites de representação, e novo enquadramento se necessário.

§ 2.º Os pedidos de reconhecimento em tramitação, baseados em portarias anteriores terão seu andamento normal, sujeitos a novo enquadramento.

Art. 20. As infrações ao disposto nesta portaria, além das demais penalidades previstas, serão punidas na forma e de acordo com o estabelecido na Lei n.º 4214, de 2-3-61.

Art. 21. Destituída a Diretoria de uma entidade sindical nos termos da Lei n.º 4214, de ...

2363, o Ministro do Trabalho e Previdência Social nomeará no mesmo ato um delegado para dirigir a associação e proceder, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, em Assembleia Geral por este convocada e presidida, à eleição dos novos diretores.

Art. 22. As entidades sindicais reconhecidas nos termos desta lei, não poderão filiar-se ou manter relações de representação com organizações internacionais, exceto aquelas de que o Brasil faça parte, desde que mantenha representação permanente ou a sua periodicamente envie delegação de observadores.

Art. 23. Compete ao Ministro do Trabalho e Previdência Social aprovar os Estatutos da entidade sindical, os quais deverão obedecer ao modelo expedido com este ato, ressalvadas as respectivas peculiaridades.

Art. 24. Qualquer alteração nos Estatutos ou na denominação da entidade sindical, só poderá ser feita quando previamente aprovada em assembleia geral especialmente convocada para este fim, observados os quóruns previstos na portaria de que trata o processo eleitoral.

§ 1.º As alterações nos Estatutos ou denominações que se tornem obrigatórias em virtude desta portaria serão feitas *ex officio* pelo TPS.

§ 2.º As alterações ou reformas dos Estatutos entrarão em vigor após aprovação pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 25. Os sindicatos rurais serão organizados de acordo com o seguinte quadro de atividades e profissões:

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

1.ª Categoria Profissional: Trabalhadores na Lavoura (asalariados).

2.ª Categoria Profissional: Trabalhadores na Pecuária e Similares (asalariados).

3.ª Categoria Profissional: Trabalhadores na Produção Extrativa Rural (asalariados).

4.ª Categoria Profissional: Trabalhadores e possuidores que exploram atividade rural, com empregados, ou em regime de economia familiar).

5.ª Categoria Profissional: Pequenos Proprietários (que exploram atividade rural, sem empregados, ou em regime de economia familiar).

Confederação Nacional da Agricultura, Pecuária e Categorias Econômicas

1.ª Categoria Econômica: Empregadores da Lavoura.

2.ª Categoria Econômica: Empregadores na Pecuária e Similares.

3.ª Categoria Econômica: Empregadores na Produção Extrativa Rural.

CAPÍTULO VI

Disposições Transitórias

Art. 26. Em portarias complementares, o Ministro do Trabalho e Previdência Social baixará as normas e instruções de Processo Eleitoral e o Modelo dos Estatutos.

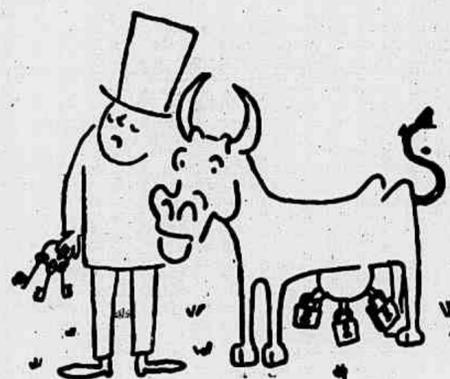
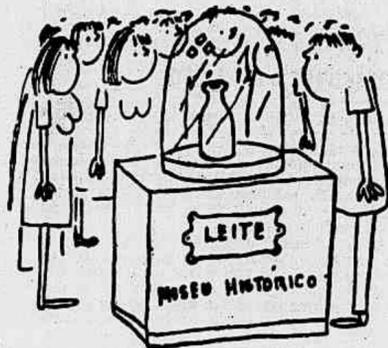
Art. 27. Ao Departamento Nacional de Previdência Social caberá sugerir medidas concernentes ao serviço social, no seguro dos acidentes de trabalho, no plano habitacional e no estabelecimento de convênio com entidades previdenciárias objetivando o bem-estar social dos trabalhadores do campo.

Art. 28. O Ministro do Trabalho e Previdência Social proporá medidas de fomento à sindicalização rural, através de convênios a serem firmados pelo MTPS com outros órgãos de Poder Executivo, especialmente no caso previsto na Lei Delegada n.º 11, de 11-10-62.

Art. 29. Estas Instruções entrarão em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — *Alfonso Affonso*.

PE-DE-CABRA ROMA

E A FALTA DO LEITE



Govêrno e Grandes Produtores Mancomunados na Manobra Aumentista

FARSA DO LEITE CUSTA MUITO CARO AO POVO

Ainda mais uma vez, os latifundiários do leite e os grandes produtores (Glória e Nestlé) venceram, contra uma população oprimida, a luta que, aparentemente, travavam com o governo. Articularam e realizaram um "lock-out", conseguiram criminalizar o produto que, como sempre ocorre, reapareceu no mercado com os preços majorados. Os que encaram a aparência como realidade ficaram surpreendidos ao verificar que na "briga" dos exploradores do leite com o Governo quem perdeu foi o povo, como, no velho adágio popular, "da luta entre o mar e o rochedo quem sai perdendo é o marisco".

Em março do corrente ano os preços do leite foram reajustados elevando-se de Cr\$ 29,00 para Cr\$ 36,50 o preço ao produtor, por litro, na porteira da fazenda, e de Cr\$ 41,00 para Cr\$ 60,00 o preço no mercado de varejo, do varejista ao consumidor. Não havia necessidade de qualquer aumento e a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) não poderia alegar, como órgão técnico, que o reajustamento seria necessário para solucionar o problema de produtividade, porque não será com majoração de preços, medidas de ordem financeira, que se irá dar solução do problema econômico da pecuária leiteira. Por outro lado, os aumentos fixados pelas portarias tabeladoras jamais servem aos pequenos e médios produtores que estão sempre sujeitos ao aviltamento do preço de seu produto pelas indústrias de laticínios e intermediários do leite para consumo "in natura".

RETRATO DA FARSA

Falando sempre em nome dos produtores, que na verdade exploram, os latifundiários da Confederação Rural Brasileira articularam a campanha atilista fundada nos conhecimentos de Psicologia aplicada à propaganda, para levar os consumidores a aceitar um novo preço que se pretendia impor. Pediram, primeiro, Cr\$ 108,00 por litro, o que elevaria o preço no varejo a Cr\$ 160,00, mas a Federação das Associações Rurais de São Paulo (FARESP) considerou que, assim, a farsa ficaria facilmente reconhecível, ninguém acreditaria que se estivesse falando a sério. O representante da entidade paulista, na assembléia da Confederação Rural Brasileira em que se lançou a base da campanha, chegou a chamar a atenção dos produtores nestes termos: "Ponham a cabeça no lugar, vamos lutar pelas sessenta". A CRB resolveu descer de Cr\$ 108,00 para Cr\$ 75,00, e que elevaria para Cr\$ 120,00 o preço no varejo. Já entrou a SUNAB, envolvida na onda de propaganda já criada pela CRB, e passou a divulgar que iria baixar o preço pretendido pelos "produtores" para Cr\$ 43,00, elevando para Cr\$ 79,00 o preço no varejo. A coisa foi posta em termos de briga, a SUNAB, iria defender o povo, não concordaria com a CRB. E a divulgação dos preços foi intensiva, Cr\$ 43,00 contra Cr\$ 75,00, de modo a que, quando o aumento fosse determinado, de Cr\$ 36,50 ao produtor para Cr\$ 43,00 e de Cr\$ 60,00 para Cr\$ 70,00 no varejo os consumidores aceitassem tranquilamente, na suposição de que poderia ser pior, pois a CRB exigia Cr\$ 75,00, o que resultaria numa majoração de Cr\$ 60,00 para Cr\$ 120,00.

Depois de uma nova assembléia, os dirigentes da Confederação Rural Brasileira deram um balanço nos resultados já alcançados pela sua campanha de propaganda e decidiram anunciar um "lock-out" para o dia 2 do mês corrente. Mas uma vez apareceu a "ponderada" FARESP e seu presidente, sr. Clóvis Salles Santos, aconselhou que o dia 7 daria mais tempo para manobras. A essa altura o Governo já oferecia, através da SUNAB, ampliação do crédito sem qualquer controle de lucro, Cr\$ 43,00 e mais Cr\$ 8,00 para quando entrasse em vigor o regulamento do Estatuto do Trabalhador Rural, mais algumas vantagens, e, ainda, liberação total dos preços a partir de primeiro de dezembro.

O "lock-out" foi declarado, enquanto a CRB descia já para Cr\$ 55,00 seu "preço técnico" que começara em Cr\$ 108,00 e explicava que o leite iria para Cr\$ 80,00 no varejo. Já estavam satisfeitos os latifundiários do leite com os Cr\$ 43,00 e mais Cr\$ 8,00, mas fingiram que continuavam a briga. O presidente da República, depois de reunir ministros de Estado, inclusive o da Fazenda, que defende a causa dos grandes produtores de seu Estado, prometeu durezza: o Banco do Brasil não daria mais dinheiro, não descontaria títulos em que figurassem como obrigados ou coobrigados participantes ou responsáveis pelo "lock-out"; a SUNAB assumiria o controle dos estoques de leite em pó existentes nas fábricas e seus depósitos; até o imposto de renda iria ser cobrado. Por incrível que pareça, a nota oficial da Presidência da República salientava em um de seus itens: "O Ministério da Fazenda determinará aos fiscais do Imposto de Renda que intensifiquem a fiscalização, especialmente em relação aos responsáveis pelo "lock-out", para as devidas sanções legais". Ora, "especialmente em relação aos responsáveis pelo "lock-out", como se não fosse uma obrigação de todos pagar o imposto de renda. Serviu para que se saiba que, dos latifundiários do leite e das empresas dos trustes de laticínios, tal tributo é cobrado apenas como sanção.

DESMORALIZADO O "LOCK-OUT"

Não entrara nos planos da CRB, entretanto, a desmoralização do "lock-out", o que ocorreu, de fato. As autoridades militares, no cumprimento da parte que lhes coube na anunciada intervenção, mandaram contingentes de soldados para o interior, comandados por oficiais que receberam recomendações para agir com cautela, conversar com os pequenos e médios produtores e dar-lhes garantias para o transporte do produto até às usinas regionais, que seriam ocupadas. Verificaram esses oficiais que os verdadeiros produtores estavam dispostos a mandar leite para os centros de consumo. Em São Paulo, o presidente da Cooperativa Central de Produtores de Leite comunicou, imediatamente, ao general Pery Bevilacqua, comandante do II Exército, que sua entidade desistia do "lock-out" e passaria a entregar o produto para o mercado da capital paulista. Em Barra Mansa, pequenos produtores comunicaram ao coronel Nilo de Queiroz Lima que estavam dispostos a remeter seu produto para o mercado carioca. Em Belo Horizonte os produtores disseram ao secretário da Agricultura que entregariam o leite para o consumo.

O "lock-out" foi desmoralizado e para que o público disto não tomasse conhecimento, a Confederação Rural Brasileira viu que era hora de acabar a "briga". Seus dirigentes procuraram, no dia 13 à noite, o ministro Carvalho Pinto, que já fora conversado em São Paulo pelos grandes produtores vinculados à FARESP, para que desse cobertura a manobra. Anunciaram os dirigentes da CRB que disseram ao titular da Fazenda que aceitavam o preço da SUNAB, como mais um "sacrifício", desde que se nomeasse uma comissão para reexame da matéria. Tudo já estava previamente combinado pelo professor Pinto e os grandes latifundiários de seu Estado que, com a nomeação de uma comissão em que serão representantes, garantiriam um reajustamento para futuro próximo, ficando a salvo de quaisquer sanções legais, uma vez que voltavam a negociar com

o Governo, cujo ministro da Fazenda recebia, em audiência especial, em seu gabinete, no Estado da Guanabara, os responsáveis por um "lock-out" puramente artificial e já desmoralizado pela ação dos contingentes militares do Exército.

Terminada a "luta", o leite voltou ao mercado com seu preço aumentado de Cr\$ 60,00 para Cr\$ 70,00, depois de apenas quatro meses do último reajustamento, prevenido-se para breve mais um aumento de Cr\$ 9,00 e para daqui a três ou quatro meses nova campanha da CRB para liberação total dos preços ou novo reajustamento. A base dessa campanha está lançada com a criação de uma comissão, prometida pelo ministro da Fazenda, que na mesma noite do dia 13 solicitava ao superintendente da SUNAB que voltasse a negociar com os mesmos responsáveis pelo "lock-out" que iriam ser punidos e obrigados a pagar até imposto de renda.

MANOBRAS ANTIGAS

Os dirigentes da Confederação Rural Brasileira já não têm imaginação para bolar qualquer macete novo com que possam encobrir suas manobras de exploração dos consumidores e dos pequenos e médios produtores, em favor dos latifundiários e das empresas dos trustes internacionais de laticínios, aqui representados pela Nestlé e a Glória. Essa manobra feita agora é antiga e foi realizada em 1961, quando o major Maurício Cibulares, então presidente da COFAP, tabelou o leite (Cr\$ 15,20 ao produtor e Cr\$ 23,50 do varejista ao consumidor) pela Portaria-COFAP n.º 660/61. Os mesmos que hoje falam em nome dos produtores fingiram que protestavam, alegando que era preciso melhor pagar ao produtor. O major Cibulares criou a Comissão de Sindicância do Leite (Portaria-COFAP n.º 955, de 14 de agosto de 1961), que, sob a presidência do professor Leonídio Tuche, percorreu fazendas das bacias leiteiras dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e realizou um trabalho de pesquisa. Não haveria necessidade de qualquer aumento novo, mas, como a CRB falava muito da necessidade de amparar-se a produção, o professor Leonídio Tuche sugeriu que se desse mais Cr\$ 0,50 ao produtor por décimo de grau de gordura que excedesse do índice de 3% de padronização do leite para o consumo "in natura". A CRB calou e os industriais silenciaram, também, pois a usuração do excesso de gordura foi sempre, e ainda, o é, uma das formas de exploração dos produtores, principalmente dos pequenos, que não têm, sequer, condição financeira para integrar cooperativas.

Em abril de 1962, a CRB não quis mais saber de tabelamento. Dirigiu um "lock-out" e, em plena "luta" com o Governo, obteve do então primeiro-ministro Tancredo Neves a garantia de uma liberação, como agora está encontrando cobertura do ministro Carvalho Pinto. A alegação era de que alguns juizes fazendeiros haviam concedido medidas liminares em mandado de segurança contra o tabelamento do leite "in natura", sem que fossem tabelados os derivados. A solução seria simples, com a fixação de preços dos derivados de leite, mas o Governo impediu que o major Cibulares atingisse as indústrias de leite em pó. Venceu a CRB. Os preços foram integralmente liberados pela Portaria-COFAP n.º 336, de 18 de abril de 1962, publicada no Diário Oficial da União de 3 de maio do mesmo ano. Como "colaboração" com o Governo, a CRB mandou suspender o "lock-out" antes da vigência dessa portaria, aceitando mais um "sacrifício" de alguns dias de tabelamento.

EXPLORAÇÃO DO PRODUTOR

Com a liberação, o produtor teve reduzida a margem percentual de que dispunha do preço final do leite. Pela Portaria-COFAP n.º 660/61, cabia ao produtor 44,8% do preço final. Liberado o produto, o preço, por litro, na porteira da fazenda, elevou-se de Cr\$ 15,20 para Cr\$ 25,20, enquanto se majorava de Cr\$ 23,50 para Cr\$ 65,00 (mais freqüente) o preço do varejista ao consumidor. O produtor passou a dispor, apenas, de 38,76% do preço final de seu produto.

Acossados pelas indústrias (Glória, Nestlé e outras) e pelas usinas regionais, pequenos e médios produtores de bacias leiteiras diversas pediram providências à COFAP, enquanto os consumidores cariocas reclamavam contra a alta excessiva no mercado de varejo. Na presidência da COFAP, o sr. Max do Rêgo Monteiro expediu a Portaria-COFAP n.º 702, de 13 de agosto do ano passado, reduzindo o preço do leite, no varejo, da faixa de Cr\$ 60,00/70,00 para Cr\$ 41,00, por litro, e majorando de Cr\$ 25,20 para Cr\$ 29,00 o preço ao produtor, que passou a perceber 70,73% do preço final de seu produto no mercado de varejo.

Não tiveram dúvidas os industriais do leite e a Confederação Rural Brasileira: começaram a articular um "lock-out", que foi imediatamente sufocado, com medidas preventivas determinadas pelo sr. Max do Rêgo Monteiro e pelo general Osvaldo Alves, que se encontrava no comando do I Exército. Nessa ocasião o Governo não entrou em luta, não ameaçou ninguém, mas a CRB encontrou mesmo durezza e o leite não chegou a faltar um só dia. Só houve novo reajustamento de preço, em março do corrente ano, quando a COFAP já havia mudado de presidente.

MAX RESPONDE A BENEDITO

Durante essa última batalha do leite, em que o Governo, em avanços e recuos táticos, fazia apelos líricos aos latifundiários e às fábricas de leite em pó dos trustes internacionais, cujos estoques não chegavam a ser requisitados, o superintendente da SUNAB, sr. Benedito Pio da Silva, compareceu à TV para explicar que sempre venceram os articuladores de "lock-out". O sr. Max do Rêgo Monteiro deu-lhe a seguinte resposta:

"Tendo o superintendente da SUNAB, em declarações lidas na televisão e divulgadas pela imprensa, afirmado que os produtores do leite saíram vitoriosos, até hoje, em todos os "lock-outs" que empreenderam, cumprimos o dever de contestar tal afirmativa, sem nenhum intuito de polémica, mas para restabelecer a verdade, pelo menos na parte que nos toca.

"Atribuímos o equívoco do declarante não a intenções demagógicas, mas ao fato de ele ter residido, até pouco, em cidade do interior, onde, por certo, não chegaram todas as informações sobre as atividades da COFAP em sua atribuída existência. A população da Guanabara, no entanto, foi testemunha da luta que a extinta COFAP, sob nossa presidência, no ano de 1962, sustentou contra os sonegadores de leite, os quais — digamos de passagem — não devem ser confundidos com os verdadeiros produtores, aqueles que entregam aos intermediários, à porteira das fazendas, por preço ínfimo, o produto de seu labor.

"É preciso que recordemos que encontramos o leite liberado por liminares de juizes fazendeiros em maio do ano passado. O seu preço já atingia, em certos bairros, a 70 cruzeiros. Em face do clamor da população, que se refletia em notas da imprensa e memoriais da Liga Feminina

do Estado da Guanabara e dos Sindicatos de trabalhadores, recorremos aos esforços conjuntos dos assistentes jurídicos da COFAP e da Procuradoria Geral da República, para obtenção de cassação das liminares concedidas, sem o que não poderíamos impor novo tabelamento. Obtivemos a medida judicial e vale destacarmos, a propósito, o auxílio valioso que nos foi prestado pelo ministro Evandro Lima e Silva. Impusemos, assim, novos preços ao leite e a todos os seus subprodutos e derivados, inclusive a manteiga e o queijo, reduzindo os lucros da intermediação e aumentando os do legítimo produtor. O leite passou de uma faixa de Cr\$ 60,00/70,00, que atingira na liberação, para Cr\$ 41,00 o litro. Inconformados, os intermediários tentaram o "lock-out". Não obtiveram êxito, porque as usinas foram ocupadas, de surpresa, pela fiscalização da COFAP e as tropas federais cedidas pelo então comandante do I Exército, marechal Osvaldo Ferreira Alves, que, patrioticamente, sempre apoiou a COFAP nas campanhas contra os sonegadores dos alimentos essenciais à subsistência do povo, da mesma forma que o fizera, no caso do açúcar, o general Amaury Kruehl, quando na Chefia da Casa Militar da Presidência da República.

"Até o dia 7 de janeiro do corrente ano, quando saímos da COFAP, por motivos que são do domínio público, o leite foi vendido a Cr\$ 41,00 o litro. Os sonegadores e gananciosos foram vencidos exemplarmente. Durante meses houve leite à farta, pelo preço tabelado; e somente nos últimos dias da nossa administração, no auge da crise entre a COFAP e o extinto Conselho de Ministros, reiniciaram os intermediários a sua campanha por aumento do preço do leite ou pela sua liberação total. O memorial nesse sentido chegou-nos às mãos justamente no instante em que transmitíamos o cargo ao chefe do gabinete, capitão-de-mar-e-guerra Nelson Fernandes.

"Fazemos a presente retificação não por nós que preferíamos manter o silêncio sobre o drama do abastecimento, mas para que o povo não esqueça que, no caso do leite, que é o focalizado atualmente, não foi desamparado nem entregue à voracidade dos intermediários sem escrúpulos. A extinta COFAP, no Governo do presidente João Goulart, venceu a batalha do leite, graças aos esforços de muitos brasileiros dignos, entre os quais é de justiça ressaltarmos, além dos que já foram citados, os fiscais do órgão, incansáveis na sua vigilância, e os bravos redatores do Serviço de Divulgação, chefiados por Alcides Pereira, que sem o dispêndio de um só cruzeiro dos cofres públicos, conseguiram esclarecer a opinião pública sobre os nossos atos e desfazer as manobras dos acambarcadores contra as autoridades que zelavam pelo bem-estar do povo".

AMPARO AO PRODUTOR

Se o Governo tivesse em vista, apenas, amparar o produtor, a SUNAB poderia proporcionar-lhe melhor paga sem alterar o preço de Cr\$ 60,00 no mercado de varejo. Para desmascarar, mais uma vez, os que tanto falam em nome dos produtores, a Liga Feminina do Estado da Guanabara, em memorial dirigido ao sr. Benedito Pio da Silva, fez a sugestão idêntica à do professor Leonídio Tuche. Que se desse ao produtor, além dos Cr\$ 36,50 fixados na última portaria, para o leite padronizado com 3% de gordura, mais um cruzeiro por décimo de grau de gordura que excedesse do índice de padronização. Como o leite de nossas bacias leiteiras apresenta, em média, um teor de 4% de gordura, o produtor receberia, em média, Cr\$ 46,50 por litro, preço mais elevado do que o fixado pela SUNAB. E não haveria necessidade de alteração para o consumidor, pois quem recolhe o excesso de gordura e teria de pagá-lo melhor é o industrial, que sempre logra o produtor nos cálculos para pagamento do que excede do índice de padronização. Os pequenos e médios produtores não dispõem de meios para calcular o teor de gordura de seu leite e ficam sujeitos às costas das fábricas de leite em pó e das usinas regionais.

Para que essa sugestão fosse aceita, e os pequenos e médios produtores dela se beneficiassem, precisaria que o Governo encampasse as usinas regionais, os entrepostos centrais e as fábricas de leite em pó. Assim, pagaria bem ao produtor, recebendo diretamente o seu produto, que seria distribuído nos centros consumidores por preços acessíveis ao poder aquisitivo dos assalariados. Seriam industrializadas, apenas, as sobras do leite para o consumo "in natura" e as fábricas, em poder do Governo, poderiam fornecer leite em pó a preços bem inferiores aos atuais, para as populações de centros longínquos das bacias leiteiras.

Paralelamente a essas medidas de curto prazo, que poderiam ser tomadas imediatamente, a SUNAB encaminharia a solução do problema econômico, promovendo o aumento da produtividade, por vaca e por hectare. Sabe-se que a produção média, por vaca, ainda é de três litros, e a produção por área não atinge a um litro por hectare e por dia. E nos latifúndios é que se encontra a mais baixa produtividade por hectare, sendo este um dos fatores de encarecimento do leite, pois, os latifundiários, considerados como grandes produtores, são os que comandam a política de preços, contando com influência na política e na imprensa, para cobertura de suas manobras.

Como bem observou o renomado técnico Rômulo Joviano, em trabalho de pesquisa quando dirigia a antiga Comissão Nacional de Pecuária de Leite, "apresentando baixa produtividade mais pronunciada e menor possibilidade de reagir com rapidez às exigências econômicas para sua elevação, os grandes produtores encaminham-se sempre para a solução mais fácil das repetidas pressões atilistas, periodicamente desencadeadas, cujo sucesso é garantido, de vez que concentram em suas mãos apreciável soma de poder econômico. Não fosse isso e o preço do leite no consumo se basearia nos custos conseguidos pela pequena propriedade, mais baixos".

Se o Governo, com sua política creditícia, quisesse incentivar a produtividade, determinaria que o crédito para os pecuaristas fosse tanto maior quanto maior a produtividade por hectare. Mas isto fere os latifundiários que estão ligados com as empresas dos trustes internacionais de laticínios, para impedir uma solução, econômica e social do problema do leite. São, pois, o latifúndio e os trustes os responsáveis pelo atraso de nossa pecuária leiteira.

Entretanto, enquanto se procura encobrir a verdade em torno do problema, os produtores pequenos e médios, que representam 96% do conjunto de produtores de nossas bacias leiteiras, são explorados e servem de pretexto para as manobras de alta de preços no mercado de varejo. E a SUNAB abandona seu "princípio da prevalência do interesse social sobre quaisquer outros, nos tratados dos problemas do abastecimento", que escreveu nas suas Bases e Diretrizes.

Criem-se "lutas", ameaças do Governo que não se concretizam, formando-se de tudo isto uma espécie de cortina de fumaça para encobrir toda margem de especulação de preços. "Mas — como acentua a Liga Feminina em seu memorial à SUNAB — o povo já está amadurecido e começa a enxergar através de cortinas."



Panorama

A fila faz a paisagem igual das grandes cidades brasileiras. Hoje, é o leite. Amanhã, a carne. E, vai tudo sempre assim. O povo faz fila para comprar e pagar mais caro.

NOVOS FUMOS